



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

# **RESULTADO DO TESOURO NACIONAL**

Brasília, novembro/2010

**MINISTRO DA FAZENDA**

Guido Mantega

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Nelson Machado

**SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL**

Arno Hugo Augustin Filho

**SECRETÁRIO-ADJUNTO**

André Luiz Barreto de Paiva Filho

**CHEFE DE GABINETE**

Lindemberg de Lima Bezerra

**SUBSECRETÁRIOS**

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

**COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

**COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Felipe Palmeira Bardella

**EQUIPE**

Andresa Costa Biason

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Heliane Bertulucci Fernandes

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Jeanne Vidal de Araujo

Renato Nogueira Starling

**O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Distribuição:**

(61) 3412-3970/3971

**Informações:**

Tel.: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

**Correio Eletrônico:** [cesef.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:cesef.df.stn@fazenda.gov.br)

**Home Page:** <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134

70048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

---

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 16, n. 10 (out. 2010). – Brasília : STN, 1995\_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.

1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

---

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

O resultado primário do Governo Central em outubro foi superavitário em R\$ 7,7 bilhões, contra R\$ 26,0 bilhões em setembro. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 10,0 bilhões. A Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de, respectivamente, R\$ 2,2 bilhões e R\$ 117,3 milhões.

*O resultado primário do Governo Central em outubro de 2010 foi superavitário em R\$ 7,7 bilhões, contra R\$ 26,0 bilhões em setembro.*

**TABELA 1  
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL  
BRASIL, 2009-2010**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	SET 2010	OUT 2010	JAN-OUT 2009	JAN-OUT 2010
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>139.224,7</b>	<b>74.052,9</b>	<b>585.417,0</b>	<b>750.730,4</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>121.831,7</b>	<b>56.348,6</b>	<b>444.067,1</b>	<b>585.311,0</b>
I.1.1. Receita Bruta (1)	122.979,1	58.989,4	453.409,1	597.792,5
I.1.1.1. Impostos	22.768,8	28.383,7	209.435,9	239.897,2
I.1.1.2. Contribuições	20.343,1	23.190,6	171.671,1	201.555,6
I.1.1.3. Demais	79.867,2	7.415,1	72.302,0	156.339,7
<i>d/q Cessão Onerosa Exploração de Petróleo</i>	74.807,6	0,0	0,0	74.807,6
I.1.2. (-) Restituições	-1.147,4	-2.640,8	-9.287,1	-12.382,9
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-54,8	-98,6
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>17.127,5</b>	<b>17.563,6</b>	<b>139.608,4</b>	<b>163.524,5</b>
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	16.715,7	17.150,0	135.887,1	159.617,8
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	411,8	413,6	3.721,3	3.906,7
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>265,5</b>	<b>140,7</b>	<b>1.741,5</b>	<b>1.894,8</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>9.880,7</b>	<b>11.715,0</b>	<b>101.611,1</b>	<b>111.325,7</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II-I)</b>	<b>129.343,9</b>	<b>62.337,8</b>	<b>483.806,0</b>	<b>639.404,7</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>103.325,7</b>	<b>54.622,7</b>	<b>456.953,1</b>	<b>576.022,2</b>
<b>IV.1. Despesas do Tesouro</b>	<b>76.755,1</b>	<b>34.628,5</b>	<b>273.622,7</b>	<b>368.141,6</b>
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	12.914,4	12.990,1	121.383,3	132.788,2
IV.1.2. Custeio e Capital	63.708,7	21.555,1	151.306,0	234.356,7
IV.1.2.1. Despesa do FAT	2.727,8	2.794,8	23.180,3	25.185,1
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	544,9	1.243,7	3.987,8	7.586,4
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.873,1	1.885,0	15.670,5	18.431,3
IV.1.2.4. Capitalização da Petrobras	42.927,8	0,0	0,0	42.927,8
IV.1.2.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	15.635,1	15.631,6	108.467,4	140.225,9
IV.1.2.5.1. Outras Despesas de Custeio	11.387,9	11.740,5	84.527,1	104.122,2
IV.1.2.5.2. Outras Despesas de Capital	4.247,2	3.891,1	23.940,3	36.103,7
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	132,0	83,3	933,5	996,7
<b>IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)</b>	<b>26.318,7</b>	<b>19.736,2</b>	<b>181.116,6</b>	<b>205.465,1</b>
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	21.299,6	15.484,5	144.972,1	163.884,1
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	5.019,1	4.251,7	36.144,5	41.581,0
<b>IV.3. Despesas do Banco Central</b>	<b>251,9</b>	<b>257,9</b>	<b>2.213,7</b>	<b>2.415,6</b>
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)</b>	<b>26.018,2</b>	<b>7.715,2</b>	<b>26.852,9</b>	<b>63.382,5</b>
VI.1. Tesouro Nacional	35.195,8	10.005,0	68.833,3	105.843,8
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-9.191,1	-2.172,6	-41.508,2	-41.940,5
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	-4.583,8	-1.665,5	-9.085,0	-4.266,3
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-4.607,3	-3.838,2	-32.423,2	-37.674,2
VI.3. Banco Central (6)	13,6	-117,3	-472,2	-520,8
<b>VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>1,05%</b>	<b>2,19%</b>

\* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO JAN-OUT %		
DISCRIMINAÇÃO	09/08	10/09
<b>Receitas</b>	<b>-1,1%</b>	<b>28,2%</b>
Tesouro	-4,2%	31,8%
Previdência	10,1%	17,1%
<b>Transferências</b>	<b>-2,6%</b>	<b>9,6%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>-0,8%</b>	<b>32,2%</b>
<b>Despesas</b>	<b>16,6%</b>	<b>26,1%</b>
Benefícios	12,8%	13,4%
Pessoal	18,4%	9,4%
Custeio e Capital*	19,9%	54,9%
FAT	30,7%	8,6%
Subsídios	6,7%	90,2%
LOAS/RMV	18,1%	17,6%
Outras	18,7%	29,3%
Custeio	18,4%	23,2%
Capital	19,5%	50,8%
<b>PIB</b>	<b>2,5%</b>	<b>13,2%</b>

\* Inclui capitalização da Petrobras

*As reduções de receitas e despesas do Tesouro Nacional em outubro refletiram o ingresso de receitas relativas à cessão onerosa de exploração de petróleo e a operação de capitalização da Petrobras, realizados em setembro.*

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve redução de R\$ 64,0 bilhões (52,0%), passando de R\$ 123,0 bilhões em setembro para R\$ 59,0

<b>RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL</b> BRASIL, JAN-OUT (R\$ milhões)		
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
Receita Total	585.417,0	750.730,4
Transferências	101.611,1	111.325,7
Receita Líquida	483.806,0	639.404,7
Despesa Total	456.953,1	576.022,2
<b>Resultado Primário</b>	<b>26.852,9</b>	<b>63.382,5</b>

<b>TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b> BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>SET/10</b>	<b>OUT/10</b>
Constitucionais (IR/IPI/outros)	7.387,7	7.941,5
CIDE-Combustíveis	-	479,3
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	650,0	1.137,5
Demais	1.843,1	2.156,8
<b>Total</b>	<b>9.880,7</b>	<b>11.715,0</b>

<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro

*Em outubro de 2010, as despesas com o PAC aumentaram R\$ 1,0 bilhão quando comparadas com o mês anterior.*

bilhões em outubro. Essa evolução decorreu principalmente: i) do ingresso de R\$ 74,8 bilhões a título de cessão onerosa para exploração do petróleo no mês de setembro, sem correspondente em outubro; ii) do incremento das receitas decorrentes do IRPJ (R\$ 4,2 bilhões) e da CSLL (R\$ 2,2 bilhões) refletindo o pagamento da primeira cota ou cota única referentes à apuração trimestral desses tributos encerrada em setembro; e iii) da arrecadação da Cota Parte de Compensações Financeiras, superior em R\$ 2,2 bilhões à do mês anterior devido ao recolhimento trimestral, em outubro, da participação especial pela produção e exploração de petróleo e gás natural.

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 11,7 bilhões em outubro, contra R\$ 9,9 bilhões no mês anterior, registrando crescimento de 18,6%. As transferências constitucionais totalizaram R\$ 7,9 bilhões, com crescimento de 7,5% frente a setembro, reflexo da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI) especialmente no terceiro decêndio de setembro, que repercute nas transferências de outubro. Os repasses referentes à Lei Complementar nº 115/2002 apresentaram-se R\$ 487,5 milhões superiores aos do mês anterior, comportamento explicado pela antecipação da parcela de novembro do auxílio financeiro para fomento às exportações estabelecido pela Medida Provisória nº 501/2010 (em acréscimo à parcela referente ao próprio mês de outubro). Foi realizada, ainda, a transferência trimestral referente a receitas da Cide-Combustíveis, no valor de R\$ 479,3 milhões.

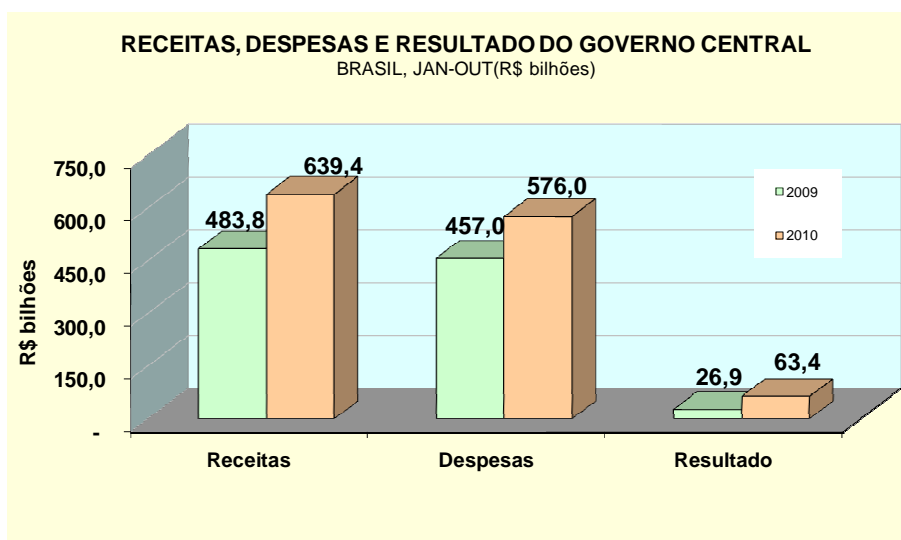
Do lado dos dispêndios, verificou-se no mês diminuição de R\$ 48,7 bilhões (47,1%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a setembro. Dessa redução, R\$ 42,9 bilhões (88,1%) refletem a despesa com a operação de capitalização da Petrobras ocorrida em setembro. Entre as demais variações, houve crescimento de R\$ 1,0 bilhão nos investimentos do PAC (R\$ 3,4 bilhões em outubro contra R\$ 2,4 bilhões no mês anterior). Os gastos com pessoal e encargos sociais alcançaram R\$ 13,0 bilhões (crescimento de R\$ 75,7 milhões) e as despesas discricionárias diminuíram R\$ 1,0 bilhão, com destaque para as reduções dos gastos dos ministérios da Defesa (R\$ 253,9 milhões), da Saúde (R\$ 178,1 milhões), do Desenvolvimento Agrário (R\$ 143,1 milhões) e da Educação (R\$ 110,6 milhões). As despesas com operações oficiais de crédito cresceram R\$ 631,1 milhões em função, principalmente, da despesa de R\$ 448,6 milhões para custeio agropecuário.

A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 2,2 bilhões, contra déficit de R\$ 9,2 bilhões apurado em setembro. A receita líquida do RGPS cresceu R\$ 436,1 milhões, enquanto os benefícios previdenciários diminuíram R\$ 6,6 bilhões. Esse resultado explica-se basicamente pelo pagamento antecipado de parcela do abono equivalente à gratificação natalina à maior parte dos segurados e dependentes da Previdência (Decreto 7.264/2010) realizada no mês anterior. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 1,7

bilhão no mês, contra déficit de R\$ 4,6 bilhões em setembro. O déficit da parcela rural foi de R\$ 3,8 bilhões no mês, contra déficit de R\$ 4,6 bilhões em setembro.

No acumulado de janeiro a outubro, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 63,4 bilhões (2,19% do PIB), contra R\$ 26,9 bilhões (1,05% do PIB) registrados em igual período de 2009 (aumento de 1,14 p.p.). Em relação ao PIB, as receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos Estados e Municípios, apresentaram elevação de 3,16 p.p., enquanto as despesas totais elevaram-se em 2,03 p.p.

*No acumulado até outubro de 2010, o Governo Central apresentou superávit equivalente a 2,19% do PIB, 1,14 p.p. superior ao mesmo período de 2009.*



**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL**  
BRASIL, JAN-OUT (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Tesouro Nacional	2,69%	3,65%
Previdência Social	-1,62%	-1,45%
Banco Central	-0,02%	-0,02%
<b>Governo Central</b>	<b>1,05%</b>	<b>2,19%</b>

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 144,4 bilhões (31,8%) relativamente ao acumulado até outubro de 2009. Esse aumento é explicado, principalmente, pelas seguintes variações: i) ingresso de R\$ 74,8 bilhões relativos à cessão onerosa para exploração de petróleo; ii) incremento de R\$ 20,0 bilhões (21,4%) na Cofins e de R\$ 4,2 bilhões (16,4%) no PIS-Pasep, refletindo o crescimento no volume de vendas em 2010, a compensação de débitos ocorrida em 2009, e as desonerações concedidas no ano passado; iii) aumento na arrecadação do IPI (R\$ 7,5 bilhões), do IOF (R\$ 6,8 bilhões) e da CIDE-Combustíveis (R\$ 2,8 bilhões), refletindo alterações na legislação tributária e, adicionalmente, no caso da CIDE, a compensação de débitos ocorrida em 2009; iv) crescimento de R\$ 5,3 bilhões na arrecadação da cota-parte de compensações, explicado pela elevação do preço internacional do petróleo; v) aumento de R\$ 4,8 bilhões em Outras Receitas em consequência, sobretudo, do ingresso de receitas do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 e do pagamento e parcelamento de que trata a Medida Provisória nº 470/2009.

As Transferências a Estados e Municípios apresentaram crescimento de R\$ 9,7 bilhões (9,6%) entre janeiro e outubro de 2010, frente a igual período de

2009. Os principais fatores explicativos dessa evolução são o incremento dos repasses de tributos compartilhados por União, Estados e Municípios (R\$ 5,8 bilhões) e os repasses de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural (aumento de R\$ 3,5 bilhões). Também houve crescimento dos repasses da Cide-Combustíveis, da ordem de R\$ 813,3 milhões, devido ao aumento das alíquotas específicas sobre gasolina e diesel, a partir de fatos geradores de junho de 2009 (Decreto nº 6.875/2009).

No acumulado até outubro de 2010, as despesas do Tesouro Nacional cresceram R\$ 94,5 bilhões (34,5%) frente ao mesmo período de 2009. Essa evolução decorreu, principalmente, dos seguintes fatores: i) despesa com operação de Capitalização da Petrobras, no valor de R\$ 42,9 bilhões, sem contrapartida em 2009; ii) crescimento de R\$ 11,4 bilhões (9,4%) nas despesas com pessoal e encargos sociais, efeito de reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores; iii) incremento das despesas discricionárias, as quais se elevaram R\$ 18,8 bilhões (21,6%), com aumentos principalmente nos Ministérios da Educação (R\$ 5,5 bilhões), da Saúde (R\$ 3,3 bilhões), da Defesa (R\$ 2,9 bilhões) e do Desenvolvimento Social (R\$ 2,6 bilhões); iv) queda dos retornos líquidos no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), que foram R\$ 19,9 milhões em 2010 contra R\$ 4,2 bilhões em 2009; v) aumento de R\$ 4,4 bilhões nos créditos extraordinários; e vi) aumento de R\$ 2,8 bilhões nas despesas com LOAS e RMV, explicada pelos reajustes do salário mínimo nos anos de 2009 e 2010, respectivamente, e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos.

Cumprir salientar o incremento de R\$ 12,2 bilhões (50,8%) dos investimentos até outubro de 2010 relativamente ao mesmo período de 2009, e de R\$ 6,3 bilhões (54,9%) das despesas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Por fim, o déficit da Previdência Social elevou-se em R\$ 432,3 milhões (1,0%) relativamente ao período de janeiro a outubro de 2009, alcançando R\$ 41,9 bilhões frente aos R\$ 41,5 bilhões apurados no ano anterior. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 23,9 bilhões (17,1%), explicada, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários cresceram R\$ 24,3 bilhões (13,4%). Em porcentagem do PIB, houve redução de 0,17 p.p. no déficit previdenciário.

Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 4,3 bilhões, que corresponde a 10,2% do déficit total do regime, enquanto a parcela rural registrou déficit de R\$ 37,7 bilhões (89,8% do déficit do RGPS).

### **Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior**

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 59,0 bilhões em outubro contra R\$ 123,0 bilhões verificados em setembro (queda de 52,0%). Este comporta-

*Os investimentos cresceram 50,8% em 2010 em comparação a 2009. As despesas com o PAC aumentaram 54,9%.*

*Em porcentagem do PIB, houve redução de 0,17 p.p. no déficit previdenciário.*

mento é explicado principalmente pelo decréscimo de R\$ 72,5 bilhões (90,7%) nas demais receitas do Tesouro, em função do ingresso, em setembro, de R\$ 74,8 bilhões relativos à cessão onerosa para exploração de petróleo, conforme previsto na Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, sem correspondente nesse mês. Verificou-se, também, aumento de R\$ 5,6 bilhões (24,7%) nas receitas de impostos e acréscimo de R\$ 2,8 bilhões (14,0%) nos ingressos decorrentes de contribuições.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 28,4 bilhões e as de contribuições R\$ 23,2 bilhões em outubro, apresentando, em seu conjunto, acréscimo de R\$ 8,5 bilhões (19,6%) em relação aos valores apurados em setembro. Essa evolução reflete os aumentos de: i) R\$ 4,2 bilhões (69,7%) na arrecadação do IR – Pessoa Jurídica e de R\$ 2,2 bilhões (77,2%) na arrecadação da CSLL, devido a pagamento da 1ª cota ou cota única desses tributos, referente à apuração trimestral encerrada no mês de setembro/2010; ii) R\$ 679,9 milhões (5,6%) na Cofins; iii) R\$ 674,4 milhões (30,6%) no IOF, devido ao aumento da alíquota em liquidações de operações de câmbio contratadas por investidor estrangeiro, para ingresso de recursos no país, para aplicação no mercado financeiro e de capitais, de acordo com o Decreto nº 7.323, de 4 de outubro de 2010, que veio somar-se aos Decretos nºs 6.983/2009 e 7.011/2009, já em vigor; iv) R\$ 582,5 milhões (45,8%) no IRRF – Rendimentos do Capital; e v) R\$ 392,3 milhões (33,1%) no IR – Pessoa Física. Por outro lado, registrou-se decréscimo de R\$ 266,1 (81,2%) em outros impostos, decorrente do pagamento, em setembro de 2010, da 1ª cota ou cota única do ITR referente ao ano-calendário de 2009, sem correspondente em outubro. As demais receitas do Tesouro Nacional apresentaram queda de R\$ 72,5 bilhões (90,7%), influenciadas: i) pelo ingresso, em setembro, de R\$ 74,8 bilhões a título de cessão onerosa para exploração de petróleo pela Petrobras, conforme estabelecido na Lei nº 12.276/2010, sem correspondente em outubro; e ii) pelo aumento de R\$ 2,2 bilhões (198,0%) na cota-parte de compensações, devido ao recolhimento trimestral, em outubro, da participação especial pela produção e exploração de petróleo e gás natural.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 20,62% do PIB no período de janeiro a outubro de 2010, dos quais 8,27% correspondem à arrecadação de impostos, 6,95% às contribuições e 5,39% às demais receitas.

Comparada ao mesmo período de 2009, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de R\$ 144,4 bilhões (31,8%), passando de R\$ 453,4 bilhões para R\$ 597,8 bilhões. Esse crescimento deveu-se, fundamentalmente, à recuperação dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, como a produção industrial, o volume geral de vendas e a massa salarial.

*A despeito do aumento da arrecadação de impostos e contribuições no mês, a queda total da receita bruta em relação ao mês anterior deve-se ao ingresso relativo à cessão onerosa para exploração de petróleo em setembro, sem correspondente em outubro.*

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, 2010 (R\$ Milhões)		
DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	SET/10	OUT/10
<b>Impostos</b>	<b>22.768,8</b>	<b>28.383,7</b>
Imposto de Renda	14.649,7	19.882,7
IPI	3.633,2	3.646,6
Outros	4.485,9	4.854,4
<b>Contribuições</b>	<b>20.343,1</b>	<b>23.190,6</b>
Cofins	12.121,0	12.801,0
CPMF	8,5	15,1
CSLL	2.849,4	5.049,5
Cide - Combustíveis	683,0	703,7
Outras	4.681,1	4.621,3
<b>Demais</b>	<b>79.867,2</b>	<b>7.415,1</b>
Cota parte	1.127,3	3.358,9
Diretamente Arrecadada	1.901,5	2.053,5
Dividendos da União	42,9	4,6
Concessões	16,6	15,5
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	74.807,6	-
Outras	1.971,2	1.982,7
<b>Total Bruto</b>	<b>122.979,1</b>	<b>58.989,4</b>

<sup>1</sup> Os valores referentes à retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

**Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior**

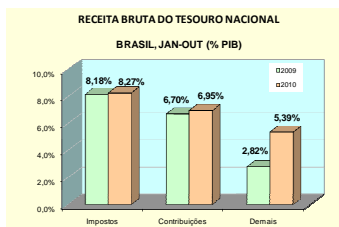
*No período de janeiro a outubro de 2010, o crescimento da receita bruta do Tesouro Nacional reflete a recuperação dos principais indicadores macroeconômicos no período.*

O crescimento na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- a) incremento de R\$ 20,0 bilhões (21,4%) na Cofins e de R\$ 4,2 bilhões (16,4%) no PIS-Pasep, devido sobretudo: i) ao crescimento de 14,2% no volume geral de vendas no acumulado de dezembro de 2009 a setembro de 2010 em relação ao mesmo período de 2008/2009; ii) acréscimo significativo de PIS/Cofins incidente sobre as importações; iii) ao depósito judicial e acréscimos legais, no valor de R\$ 395,5 milhões, no mês de fevereiro de 2010; iii) à transferências de depósitos judiciais da Caixa e de outros bancos para a Conta Única em outubro de 2009, em conformidade com a Medida Provisória no 468/2009; iv) à compensação de pagamentos indevidos ou a maior, de janeiro a outubro de 2009; e iv) às desonerações (principalmente antecipação de aproveitamento de créditos) promovidas por meio das Leis nos 11.774/2008, 11.787/2008, 11.945/2009, 12.024/2009 e 12.096/2009.
- b) incremento de R\$ 7,5 bilhões (31,0%) na arrecadação de IPI, explicado principalmente pelos seguintes itens: i) IPI – Automóveis, decorrente do fim da redução temporária das alíquotas deste imposto a partir de 31 de março de 2010; ii) IPI – Fumo, em função da mudança do prazo de apuração e recolhimento de decendial para mensal, em maio de 2009, estabelecida pela Lei no 11.933/2009, e do ajuste linear de 23,5% das alíquotas em junho de 2009, conforme Decreto no 6.809/2009; iii) IPI – Vinculado às Importações, decorrente principalmente da conjugação da elevação de 43,7% no valor em dólar (volume) das importações com a elevação de 7,8% na alíquota média efetiva do IPI – Vinculado e a redução de 13,4% na taxa média de câmbio; e iv) IPI – Outros, devido ao crescimento de 13,7% na produção industrial no acumulado de dezembro/2009 a setembro/2010 em relação ao mesmo período de 2008/2009, bem como em função das desonerações tributárias instituídas pelos Decretos nos 6.696/2008, 6.890/2009, 6.996/2009, 7.016/2009, 7.017/2009, 7.032/2009 e 7.060/2009, principalmente para caminhões, materiais de construção, móveis e eletrodomésticos.
- c) crescimento de R\$ 6,8 bilhões (45,9%) na arrecadação do IOF, refletindo: i) o aumento da alíquota nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no país, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação no mercado financeiro e de capitais, constantes dos Decretos nos 6.983/2009, 7.011/2009 e 7.323/10; e ii) o crescimento de 16,7% no volume das operações de crédito.
- d) crescimento de R\$ 6,7 bilhões (9,2%) no IRRF, devido: i) à elevação de R\$ 5,7 bilhões (13,6%) do IRRF – Rendimentos do Trabalho, decorrente do aumento nominal de 12,0% da massa salarial nos meses de dezembro/2009 a agosto/2010, em relação ao mesmo período de 2008/2009 e da alteração da tabela de incidência do IRPF, conforme a Lei nº 11.945/2009; ii) ao crescimento de R\$ 511,6 milhões (6,2%) no IRRF – Remessas ao Exterior; iii) ao aumento de

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	2009	2010
<b>Impostos</b>	<b>8,18%</b>	<b>8,27%</b>
Imposto de Renda	6,12%	5,82%
IPI	0,95%	1,10%
Outros	1,11%	1,35%
<b>Contribuições</b>	<b>6,70%</b>	<b>6,95%</b>
Cofins	3,65%	3,91%
CPMF	0,01%	0,00%
CSLL	1,47%	1,34%
Cide - Combustíveis	0,14%	0,22%
Outras	1,44%	1,48%
<b>Demais</b>	<b>2,82%</b>	<b>5,39%</b>
Conta Petróleo	0,00%	0,00%
Diretamente Arrecadada	0,78%	0,77%
Dividendos da União	0,71%	0,58%
Concessões	0,12%	0,02%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,00%	2,58%
Outras	0,55%	0,68%
<b>Total Bruto</b>	<b>17,70%</b>	<b>20,62%</b>

<sup>1</sup> Os valores referentes à retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.





R\$ 370,5 milhões (7,4%) no IRRF – Outros Rendimentos; e iv) ao aumento de R\$ 47,6 milhões (0,3%) do IRRF – Rendimentos do Capital.

- e) crescimento de R\$ 3,7 bilhões (5,2%) no IRPJ e de R\$ 1,1 bilhão (2,9%) na CSLL, cujo desempenho é explicado por: i) pagamento do ajuste, que terminou no mês de março e reflete o desempenho da economia no ano de 2009; ii) transferências de depósitos judiciais da Caixa e de outros bancos para a conta única da União, conforme Portaria MF no 510/09 e Medida Provisória no 468/09; iii) arrecadações extraordinárias, de aproximadamente R\$ 2,0 bilhões, realizadas em abril e julho de 2009, por instituições financeiras; e iv) aumento significativo na arrecadação do lucro presumido, o qual decorre do aumento no volume de vendas de dezembro a setembro de 2010.
- f) elevação de R\$ 4,0 bilhões (30,4%) no Imposto de Importação (II), decorrente principalmente da conjugação dos seguintes fatores: i) elevação de 43,7% no valor em dólar (volume) das importações; ii) aumento de 5,4% na alíquota média efetiva do II; e iii) redução de 13,4% na taxa média de câmbio.
- g) crescimento de R\$ 2,8 bilhões (79,9%) na CIDE – Combustíveis, devido a: i) compensações realizadas em 2009; e ii) aumento das alíquotas específicas sobre gasolina e diesel, a partir dos fatos geradores de junho/2009, conforme Decreto no 6.875/2009.
- h) crescimento de R\$ 1,7 bilhão (13,1%) na arrecadação de IRPF, refletindo: i) o aumento da arrecadação em decorrência dos pagamentos do ajuste de IRPF/2010, ano-base 2009; e ii) o crescimento do item “ganhos líquidos em bolsa”, decorrente de operação de fiscalização, por parte da Receita Federal do Brasil, focada nas pessoas físicas com indício de irregularidade nas operações em bolsa de valores.
- i) crescimento de R\$ 1,2 bilhão (14,8%) na arrecadação do salário-educação, refletindo, entre outros fatores, o crescimento da massa salarial no período.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, alcançou crescimento de R\$ 84,0 bilhões (116,2%), em relação aos primeiros dez meses de 2009, decorrente: i) do acréscimo de R\$ 74,8 bilhões referente à cessão onerosa para exploração de petróleo pela Petrobras, sem correspondente no ano anterior; ii) do acréscimo de R\$ 5,3 bilhões (31,3%) na arrecadação relativa à cota-parte de compensações financeiras, em função do aumento do preço internacional do petróleo; iii) do crescimento de R\$ 4,8 bilhões (68,0%) em outras receitas, como consequência, principalmente, dos pagamentos relativos aos parcelamentos instituídos pela Lei nº 11.941/2009 e pela Medida Provisória nº 470/2009, bem como das transferências de depósitos judiciais da Caixa para a Conta Única do Tesouro Nacional em 2009, conforme a Medida Provisória nº 468/2009; iv) do crescimento de R\$ 2,2 bilhões (10,9%) na arrecadação das receitas diretamente arrecadadas; v) da redução de R\$ 1,5 bilhão (8,1%) nas receitas decorrentes de pagamento de dividendos; e vi) da redução de R\$ 2,4 bilhões (81,5%) nas receitas oriundas de concessões, expli-

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO		
BRASIL, JAN-OUT (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Demais	72.302,0	156.339,7
Cota parte	16.873,9	22.154,5
Plano do Servidor (CPSS)	7.060,5	7.966,5
Diretamente Arrecadada	20.087,0	22.281,7
Dividendos da União	18.301,2	16.811,1
Concessões	2.973,4	550,3
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	-	74.807,6
Outras	7.005,9	11.767,9

cada pelo recolhimento, em maio de 2009, de R\$ 699,1 milhões, referentes à 2ª parcela do ônus relativo à renovação dos contratos de concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) por parte das concessionárias, e de R\$ 461,9 milhões, relativos ao pagamento da 2ª parcela do leilão (realizado em outubro de 2007) de subconcessão de trecho da Ferrovia Norte-Sul, e pelo recolhimento, em setembro de 2009, de R\$ 1,1 bilhão relativo a licenças para exploração da banda de terceira geração (3G) por parte das empresas operadoras do serviço de telefonia móvel celular, todos sem correspondência em 2010.

## Transferências a Estados e Municípios

Em outubro, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 11,7 bilhões, contra R\$ 9,9 bilhões no mês anterior, apresentando acréscimo de R\$ 1,8 bilhão (18,6%). As transferências constitucionais alcançaram R\$ 7,9 bilhões, com acréscimo de R\$ 553,8 milhões (7,5%) frente a setembro, impacto da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI) no terceiro decêndio de setembro, com reflexo nas transferências de outubro. As transferências referentes à Lei Complementar nº 115/2002 apresentaram-se R\$ 487,5 milhões superiores às do mês anterior. Esse comportamento se explica pelo repasse da 2ª parcela e antecipação da 3ª parcela do auxílio financeiro para fomento às exportações, que totalizou R\$ 975,0 milhões, transferido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em outubro com base na Medida Provisória nº 501/2010. Além disso, houve transferências da CIDE em R\$ 479,3 milhões. Também registrou-se crescimento de R\$ 265,5 milhões referente a demais transferências a Estados e Municípios.

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.)		
BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
Decêndio	Set	Out
Terceiro Decêndio	9.288,5	9.943,1
Primeiro Decêndio	1.691,3	2.043,2
Segundo Decêndio	5.095,9	5.318,9
<b>Total</b>	<b>16.075,6</b>	<b>17.305,2</b>

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS		
BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	SET/10	OUT/10
Constitucionais (IR/IPI/outras)	7.387,7	7.941,5
CIDE-Combustíveis	-	479,3
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	650,0	1.137,5
Demais	1.843,1	2.156,8
<b>Total</b>	<b>9.880,7</b>	<b>11.715,0</b>

<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS		
BRASIL, JAN-OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Constitucionais (IR/IPI/outras)	2,98%	2,83%
CIDE - Combustíveis	0,04%	0,06%
Lei Comp. nº 115/2002 <sup>1</sup>	0,14%	0,11%
Demais	0,81%	0,84%
<b>Total</b>	<b>3,97%</b>	<b>3,84%</b>

<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro

No período de janeiro a outubro de 2010, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 9,7 bilhões (9,6%), elevando-se de R\$ 101,6 bilhões em 2009 para R\$ 111,3 bilhões em 2010. Os principais fatores explicativos dessa evolução são: i) o crescimento de R\$ 5,8 bilhões (7,5%) nas transferências constitucionais (IPI, IR e outras), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI) em 2010 comparativamente a 2009; ii) o crescimento de R\$ 3,5 bilhões (38,2%) nos repasses de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, explicado pela elevação do preço internacional do petróleo; iii) o crescimento de R\$ 813,3 milhões (84,5%) nas transferências da CIDE, devido ao aumento das alíquotas específicas sobre gasolina e diesel, a partir de fatos geradores de junho de 2009 (Decreto nº 6.875/2009); iv) o aumento de R\$ 647,4 milhões (13,4%) nas transferências do salário-educação; v) a redução de R\$ 414,5 milhões (18,9%) em outras transferências; e vi) a redução de R\$ 487,5 bilhão (13,6%) nas transferências referentes à Lei Complementar nº 115/2002. Em 2009, o auxílio financeiro para fomento às exportações, no valor de R\$ 1.950,0 milhões, transferido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios foi pago integralmente em junho de 2009, sob o amparo da Lei nº 12.087/2009. Em 2010, o repasse foi programado em quatro parcelas iguais de R\$ 487,5 milhões, conforme

estabelecido na Medida Provisória nº 501/2010, sendo que a 1ª parcela foi paga em setembro e as 2ª e 3ª parcelas, em outubro.

Em outubro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 34,6 bilhões contra R\$ 76,8 bilhões no mês anterior. Houve decréscimo de R\$ 42,1 bilhões (54,9%) relativamente a setembro, principalmente em função da capitalização da Petrobras ocorrida no mês anterior, sem contrapartida em outubro.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais passaram de R\$ 12,9 bilhões no mês de setembro para R\$ 13,0 bilhões em outubro, variação de R\$ 75,7 milhões (0,6%) em relação ao mês anterior.

Os gastos com custeio e capital, por sua vez, reduziram R\$ 42,2 bilhões (66,2%) em relação ao mês anterior. A capitalização da Petrobras no valor de R\$ 42,9 bilhões ocorrida no mês de setembro, sem contrapartida em outubro, explica essa redução. As outras despesas de custeio e capital e as despesas com LOAS também se reduziram em R\$ 3,4 milhões (0,0%) e em R\$ 11,9 milhões (0,6%), respectivamente. No mesmo período houve aumento nos gastos com subsídios e subvenções econômicas em R\$ 698,8 milhões (128,2%) e nos desembolsos do FAT em R\$ 67,1 milhões (2,5%).

No caso das despesas do FAT, o dispêndio foi de R\$ 2,8 bilhões em outubro, contra R\$ 2,7 bilhões em setembro. Esse aumento do desembolso em relação ao mês anterior refere-se ao pagamento das parcelas do abono salarial, o qual observa o calendário de pagamento do abono salarial referente ao exercício 2010/2011 (julho/2010 a junho/2011), regulamentado pela Resolução Codefat nº 645, de 27 de maio de 2010. Houve desembolso de R\$ 1,1 bilhão com abono salarial contra R\$ 966,6 milhões (12,2%) no mês anterior, enquanto as despesas com seguro-desemprego reduziram-se em R\$ 72,1 milhões (4,2%).

Quanto aos subsídios e subvenções econômicas, a variação decorreu principalmente da execução dos programas relacionados ao Custeio Agropecuário, que totalizou R\$ 448,6 milhões em outubro contra R\$ 4,3 milhões no mês anterior (aumento de R\$ 444,3 milhões ou 10.247,8%). Também registraram-se os seguintes aumentos: Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), R\$ 85,5 milhões (398,0%); Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA, R\$ 77,9 milhões (489,4%); subvenções aos Fundos Regionais, R\$ 67,7 milhões (28,8%); Programa de Financiamento às Exportações – Proex, R\$ 37,0 milhões (124,1%). Por outro lado, reduziram-se os desembolsos do Fundo da Terra/Incra, no valor de R\$ 11,4 milhões (21,5%), e dos Preços Agrícolas, em R\$ 4,0 milhões (2,1%).

Nas outras despesas de custeio e capital, destacam-se as despesas discricionárias, que atingiram o valor de R\$ 10,9 bilhões, caracterizando redução de R\$ 1,0

## Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESAPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	SET/10	OUT/10
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>12.914,4</b>	<b>12.990,1</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>63.708,7</b>	<b>21.555,1</b>
Despesas do FAT	2.727,8	2.794,8
Subsídios e Subvenções	544,9	1.243,7
LOAS/RMV	1.873,1	1.885,0
Capitalização da Petrobras	42.927,8	0,0
Outras	15.635,1	15.631,6
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>132,0</b>	<b>83,3</b>

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	SET/10	OUT/10
<b>Agricultura</b>	<b>282,7</b>	<b>875,6</b>
Custeio Agropecuário	4,3	448,6
Investimento Rural	0,3	0,1
Preços Agrícolas	185,7	181,7
- EGF	0,2	0,2
- AGF	23,4	80,9
- Sustent. de preços	162,0	100,6
Pronaf	21,5	107,0
Pesa	15,9	93,9
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	53,2	41,8
FUNCAFÉ	1,8	2,5
Revitaliza	0,0	0,0
<b>Outros</b>	<b>27,0</b>	<b>65,3</b>
Habitação (PSH)	0,0	0,0
FND	-2,8	-1,6
Exportação (Proex)	29,8	66,9
<b>Total</b>	<b>309,7</b>	<b>940,8</b>

<sup>1</sup> Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

OUTRAS DESAPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	SET/10	OUT/10
Sentenças Judiciais	42,1	35,0
Legislativo	78,9	92,0
Judiciário	549,0	472,6
Crédito Extraordinário <sup>1</sup>	612,5	567,9
PAC <sup>2</sup>	2.364,5	3.394,2
Outras <sup>3</sup>	87,9	187,2
Discricionárias	11.900,2	10.882,8
d/q Min. da Saúde	4.396,0	4.217,9
Min. do Des. Social	1.397,8	1.362,3
Min. da Educação	1.678,7	1.568,1
Min. da Defesa	1.035,9	782,1
Min. da Ciência e Tec.	284,8	296,0
Min. do Des. Agrário	231,4	88,3
Min. da Justiça	287,6	247,1
Min. da Previdência	220,3	193,8
Min. dos Transportes	118,0	44,6
Min. das Cidades	104,4	149,2
Demais	2.145,3	1.933,3
<b>Total</b>	<b>15.635,1</b>	<b>15.631,6</b>

<sup>1</sup> Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

<sup>2</sup> Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº

<sup>3</sup> Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistias, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

bilhão (8,5%). Dentre estas, destaca-se a redução nos dispêndios dos seguintes ministérios: i) Defesa (R\$ 253,9 milhões, 6,6%); ii) Saúde (R\$ 178,1 milhões, 8,5%); iii) Desenvolvimento Agrário (R\$ 143,1 milhões, 4,0%) e iv) Educação (R\$ 110,6 milhões, 2,5%). Por outro lado, registrou-se crescimento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC em R\$ 1,0 bilhão (43,5%).

### Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram 12,70% do PIB até outubro de 2010, contra 10,68% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 94,5 bilhões (34,5%) em relação ao mesmo período de 2009, destacando-se os incrementos de R\$ 83,1 bilhões (54,9%) nas despesas de custeio e capital e de R\$ 11,4 bilhões (9,4%) nos gastos com pessoal e encargos sociais.

Nos dispêndios com a folha salarial houve redução de 0,16 p.p em relação ao PIB, passando de 4,74 p.p em 2009 para 4,58 p.p. do PIB em 2010. No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU os gastos cresceram 9,6%, enquanto no Poder Executivo o incremento foi de 11,4%. O pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal totalizou R\$ 4,3 bilhões em 2010, contra o desembolso de R\$ 5,7 bilhões no mesmo período de 2009.

Os gastos com custeio e capital cresceram, passando de 5,91 p.p. para 8,08 p.p do PIB (aumento de 2,18 p.p.). Esse crescimento pode ser explicado pelo: i) elevação de 1,48 p.p., devido à capitalização da Petrobras; ii) incremento de 0,60 p.p. na rubrica ‘outras despesas de custeio e capital’; iii) aumento de 0,11 p.p. do PIB nos gastos com subsídios e subvenções econômicas; iv) aumento de 0,02 p.p. nos dispêndios com LOAS/RMV; e v) redução de 0,04 p.p. nas despesas com abono salarial, seguro-desemprego e gastos operacionais do FAT.

As despesas do FAT atingiram R\$ 25,2 bilhões nos dez primeiros meses de 2010, contra R\$ 23,2 bilhões em igual período do ano anterior, com crescimento de R\$ 2,0 bilhões ou 8,6%. O acréscimo é decorrente não somente do aumento do salário mínimo, mas também da elevação no número de beneficiários identificados.

As despesas com subsídios e subvenções econômicas alcançaram R\$ 7,6 bilhões em 2010, contra R\$ 4,0 bilhões no mesmo período de 2009. Esta variação decorreu, em grande medida, da diminuição dos retornos líquidos no âmbito do FND, que foram de R\$ 19,9 milhões em 2010, contra R\$ 4,2 bilhões em 2009 (99,5%). Adicionalmente, no período, houve elevação das despesas dos seguintes programas: i) Sustentação de Preços (R\$ 435,6 milhões, 56,2%); ii) Custeio Agropecuário (R\$ 295,8 milhões, 153,3%); iii) Programa de Saneamento de Ativos (PESA) (R\$ 147,3 milhões, 57,4%); e iv) Encargos Gerais Financeiros – EGF (R\$ 77,3 milhões, 681,5%). Por outro lado, registrou-se redução nos seguintes programas: i) Aquisições do Governo Federal (AGF) (R\$ 973,6 milhões, 41,8%); ii) Pronaf

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
<b>Tesouro Nacional</b>	<b>10,68%</b>	<b>12,70%</b>
Pessoal e Encargos	4,74%	4,58%
Custeio e Capital	5,91%	8,08%
Despesas do FAT	0,90%	0,87%
Subsídios e Subvenções <sup>1</sup>	0,16%	0,26%
LOAS/RMV	0,61%	0,64%
Capitalização da Petrobras	0,00%	1,48%
Outras	4,23%	4,84%
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>0,04%</b>	<b>0,03%</b>

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, JAN-OUT (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	2009	2010
<b>Agricultura</b>	<b>5.060,9</b>	<b>4.702,7</b>
Custeio Agropecuário	193,0	488,8
Investimento Rural	-93,6	-1,4
Preços Agrícolas	3.116,4	2.655,7
- EGF	11,3	88,7
- AGF	2.330,4	1.356,8
- Sustent. de preços	774,7	1.210,2
Pronaf	826,3	403,7
Pesa	256,5	403,8
Cacau	0,7	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	682,1	677,4
FUNCAFÉ	46,7	74,8
Revitaliza	32,8	0,0
<b>Outros</b>	<b>-4.027,4</b>	<b>-96,3</b>
Habitação (PSH)	193,3	0,0
FND	-4.242,8	-19,9
Exportação (Proex)	22,1	-76,4
<b>Total</b>	<b>1.033,5</b>	<b>4.606,4</b>

<sup>1</sup> Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.  
<sup>2</sup> Dados revisados

(R\$ 422,6 milhões, 51,1%); iii) Habitação (PSH) (R\$ 193,3 milhões, 100,0%); e iv) Exportação (Proex) (R\$ 98,5 milhões, 445,7%).

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 2,8 bilhões (17,6%) em relação ao mesmo período de 2009. Essa variação é explicada pelo reajuste do salário mínimo de 12,0% e 9,7% nos anos de 2009 e 2010, respectivamente, e também pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, 8,0% nos dez primeiros meses de 2010, se comparado a igual período de 2009 (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,6 milhão foi destinado aos idosos e 1,7 milhão aos portadores de necessidades especiais.

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS  
BRASIL, 2001-2010**

	Total LOAS	Varição em relação à média do ano anterior	Idosos	Varição em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Varição em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média 2009	3.052.295	9%	1.487.566	9%	1.564.729	8%
out/01	1.281.573	-	439.563	-	842.010	-
out/02	1.435.654	12%	521.824	19%	913.830	9%
out/03	1.619.263	13%	620.997	19%	998.266	9%
out/04	1.869.134	15%	800.433	29%	1.068.702	7%
out/05	2.155.104	15%	991.465	24%	1.163.640	9%
out/06	2.373.030	10%	1.122.420	13%	1.250.610	7%
out/07	2.556.288	8%	1.229.427	10%	1.326.860	6%
out/08	2.788.243	9%	1.348.735	10%	1.439.508	8%
out/09	3.032.023	9%	1.477.799	10%	1.554.224	8%
out/10	3.270.031	8%	1.576.635	7%	1.693.396	9%

As outras despesas de custeio e capital cresceram R\$ 31,8 bilhões (29,3%) nos primeiros dez meses de 2010 em relação ao exercício anterior, destacando-se as seguintes rubricas: i) os gastos discricionários, com aumento de R\$ 18,8 bilhões (21,6%); ii) o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com elevação de R\$ 6,3 bilhões (54,9%); iii) os créditos extraordinários, com aumento de R\$ 4,4 bilhões (184,6%); e iv) os gastos no âmbito do Legislativo e Judiciário, com incremento de R\$ 928,3 milhões (20,9%). Responderam pelo crescimento dos gastos discricionários principalmente os Ministérios da Educação (R\$ 5,5 bilhões), da Saúde (R\$ 3,3 bilhões), da Defesa (R\$ 2,9 bilhões) e do Desenvolvimento Social (R\$ 2,6 bilhões). Destaca-se que os investimentos totais (Tabela A9) atingiram R\$ 36,1 bilhões, o que representou um incremento de R\$ 12,2 bilhões (50,8%) em relação ao ano de 2009.

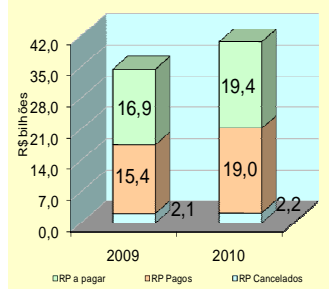
O montante pago de restos a pagar (RP) nos primeiros dez meses de 2010, segundo o Decreto de Programação Financeira, correspondeu a R\$ 19,0 bilhões, equivalentes a 49,6% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) contra 47,7%

**OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL**  
BRASIL, JAN-OUT (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Sentenças Judiciais	1.712,8	2.286,0
Legislativo	866,7	937,3
Judiciário	3.581,8	4.439,5
Crédito Extraordinário <sup>1</sup>	2.397,9	6.824,1
PAC <sup>2</sup>	11.417,5	17.680,7
Outras <sup>3</sup>	1.081,5	1.804,0
Discricionárias	87.409,1	106.254,3
d/q Min. da Saúde	39.614,7	42.683,0
Min. do Des. Social	11.323,9	13.947,0
Min. da Educação	10.055,9	15.523,9
Min. da Defesa	6.377,8	9.250,7
Min. da Ciência e Tec.	2.900,0	3.374,5
Min. do Des. Agrário	1.804,7	1.936,8
Min. da Justiça	2.004,5	2.521,7
Min. da Previdência	1.258,2	1.762,4
Min. dos Transportes	795,4	862,3
Min. das Cidades	789,8	1.068,4
Demais	10.484,2	13.123,5
<b>Total</b>	<b>108.467,4</b>	<b>140.225,9</b>

<sup>1</sup> Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.  
<sup>2</sup> Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 10.172/2001.  
<sup>3</sup> Inclui subvenções econômicas, benefícios de lei, especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistias, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

**EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR**  
BRASIL, 2009-2010



*Em 2010, os gastos com investimentos do governo federal totalizaram R\$ 36,1 bilhões, incremento de 50,8% em relação ao exercício de 2009.*

no mesmo período do ano anterior, sendo que R\$ 9,3 bilhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 37,3% do total programado para o ano. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Educação (R\$ 4,3 bilhões), da Saúde (R\$ 3,9 bilhões) e da Defesa (R\$ 2,3 bilhões), destacando os Projetos de Implantação, Construção e Reforma de Campus Universitários (R\$ 485,7 milhões); Readequação das Universidades Federais – Reuni (R\$ 433,1 milhões); Reestruturação, Aquisição, Modernização e Revitalização de Aeronaves (R\$ 237,2 milhões); Construção, Implantação e Adequação das Instalações Esportivas para os V Jogos Mundiais Militares (R\$ 143,7 milhões); Prevenção, Preparação e Enfrentamento para a Pandemia de Influenza (R\$ 227,1 milhões); e Implantação e Melhoria em Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de Até 50.000 Habitantes (RIDE) (R\$ 221,7 milhões).

## Previdência Social

*Em outubro de 2010, a Previdência Social registrou déficit de R\$ 2,2 bilhões, contra R\$ 9,2 bilhões registrados no mês anterior.*

Em outubro, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 2,2 bilhões contra um déficit de R\$ 9,2 bilhões em setembro (redução de R\$ 7,0 bilhões ou 76,4%). Esse resultado explica-se basicamente pelo pagamento antecipado, em setembro, de parcela do abono equivalente à gratificação natalina à maioria dos segurados e dependentes da Previdência, sem correspondência em outubro. Nos dez primeiros meses do ano, registrou-se um incremento do déficit de R\$ 432,3 milhões (1,0%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

**TABELA 2**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2009-2010**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	SET 2010	OUT 2010	JAN-OUT 2009 2010	
<b>I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>17.127,5</b>	<b>17.563,6</b>	<b>139.608,4</b>	<b>163.524,5</b>
Arrecadação Bruta	18.995,0	19.392,1	155.575,7	181.916,9
- Contribuição Previdenciária	17.129,2	17.447,6	142.485,1	164.326,7
- Simples	1.691,7	1.722,9	10.396,4	15.412,4
- CFT	41,3	47,7	625,4	444,9
- Depósitos Judiciais	122,8	162,7	1.870,8	1.625,7
- Refis	10,0	11,2	198,2	107,1
(-) Restituição/Devolução	-56,0	-65,8	-446,0	-510,3
(-) Transferências a Terceiros	-1.811,4	-1.762,7	-15.521,3	-17.882,0
<b>II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>26.318,7</b>	<b>19.736,2</b>	<b>181.116,6</b>	<b>205.465,1</b>
<b>III. RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>-9.191,1</b>	<b>-2.172,6</b>	<b>-41.508,2</b>	<b>-41.940,5</b>
<b>IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>-1,62%</b>	<b>-1,45%</b>

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 17,6 bilhões em outubro, apresentando aumento de R\$ 436,1 milhões (2,5%) frente aos ingressos

líquidos de setembro. Em relação aos primeiros dez meses de 2009, a arrecadação líquida apresentou um aumento de R\$ 23,9 bilhões (17,1%). Contribuiu para esse crescimento o aumento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada entre dezembro de 2009 e setembro de 2010 foi 12,0% superior à verificada no período correspondente de 2008/2009.

As despesas com benefícios alcançaram o valor de R\$ 19,7 bilhões em outubro, apresentando redução de R\$ 6,6 bilhões (25,0%) em relação a setembro. Essa queda se explica sobretudo pelo pagamento antecipado, em setembro, de 50% do abono equivalente à gratificação de Natal, conforme dispõe o Decreto nº 7.264, de 12 de agosto de 2010, a metade dos segurados e dependentes da Previdência Social que auferem benefícios no valor de até um salário mínimo, nos termos do art. 41-A, § 3º, da Lei nº 8.213/1991, bem como à totalidade dos beneficiários com direito a mais de um salário mínimo. A outra metade dos titulares de benefícios de até um salário mínimo já havia recebido no mês anterior (agosto) a parcela antecipada do abono anual. Esses dispêndios não apresentaram correspondência em outubro. Comparativamente aos dez primeiros meses de 2009, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 24,3 bilhões (13,4%). Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: (i) aumento de R\$ 60,96 (8,8%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e (ii) elevação de 713,3 mil (3,1%) na quantidade média mensal de benefícios pagos. Deve-se ressaltar, ainda, que o pagamento de precatórios e sentenças judiciais entre janeiro e outubro de 2010 registrou um aumento de R\$ 752,2 milhões (13,0%) em relação ao mesmo período de 2009.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a outubro de cada ano. Verifica-se que em 2006 esses gastos correspondiam a 6,15% do PIB; em 2010, correspondem a 7,09%. Nos últimos cinco anos, o crescimento médio das despesas com benefícios foi de 0,28 ponto percentual do PIB por ano. A despesa acumulada até outubro de 2009 e 2010 reflete as antecipações do abono anual conforme a legislação em vigor, fato que não se verificou nos anos de 2006 a 2008.

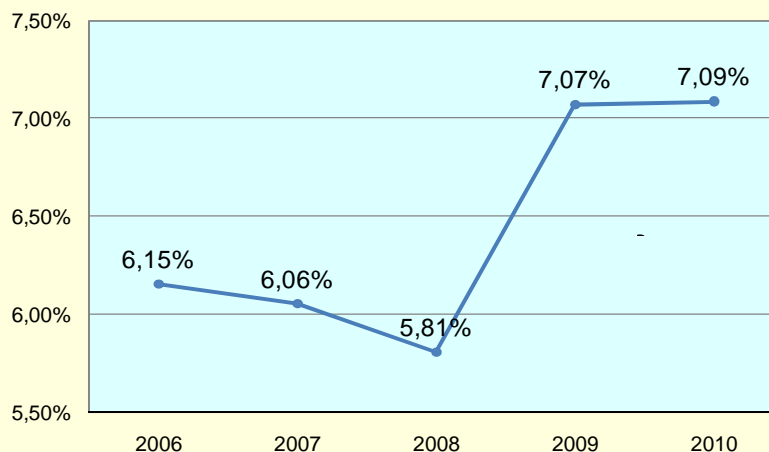
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-OUT (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	%
Contribuição	139.608,4	163.524,5	17,1%
Urbano	135.887,1	159.617,8	17,5%
Rural	3.721,3	3.906,7	5,0%
Benefícios	181.116,6	205.465,1	13,4%
Urbano	144.972,1	163.884,1	13,0%
Rural	36.144,5	41.581,0	15,0%
<b>Res. Primário</b>	<b>-41.508,2</b>	<b>-41.940,5</b>	<b>1,0%</b>
Urbano	-9.085,0	-4.266,3	-53,0%
Rural	-32.423,2	-37.674,2	16,2%

*Nos primeiros dez meses do ano, o déficit previdenciário atingiu R\$ 41,9 bilhões, frente a R\$ 41,5 bilhões em 2009. Em relação ao PIB, o déficit caiu de 1,62% em 2009 para 1,45% em 2010.*

Nos últimos cinco anos, as despesas com benefícios previdenciários do RGPS cresceram, em média, 0,28 p.p. por ano, passando de 6,15% do PIB entre janeiro e outubro de 2006 para 7,09% do PIB no mesmo período de 2010.

**DESPESAS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS (RGPS)**

Brasil, 2006-2010 (% do PIB) - janeiro a outubro



No estoque de benefícios dos dez primeiros meses de 2010, comparado ao mesmo período de 2009, destacam-se os aumentos de 570,5 mil aposentadorias (3,8%) e de 175,8 mil pensões por morte (2,7%), bem como a redução de 47,9 mil benefícios de auxílio-doença (3,8%).

**BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA**  
 BRASIL, MÉDIA JAN-OUT

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	%
Quantidade RGPS*	23,1	23,8	3,1%
Valor médio RGPS**	692,2	753,1	8,8%

(\*) em milhões  
 (\*\*) em R\$ 1,00

**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA**  
 BRASIL, JAN-OUT (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Contribuição	5,45%	5,64%
Urbano	5,30%	5,50%
Rural	0,15%	0,13%
Benefícios	7,07%	7,09%
Urbano	5,66%	5,65%
Rural	1,41%	1,43%
<b>Res. Primário</b>	<b>-1,62%</b>	<b>-1,45%</b>
Urbano	<b>-0,35%</b>	<b>-0,15%</b>
Rural	<b>-1,27%</b>	<b>-1,30%</b>

**TABELA 3**  
**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
 BRASIL, 2009-2010

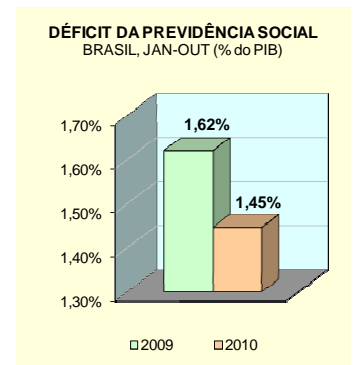
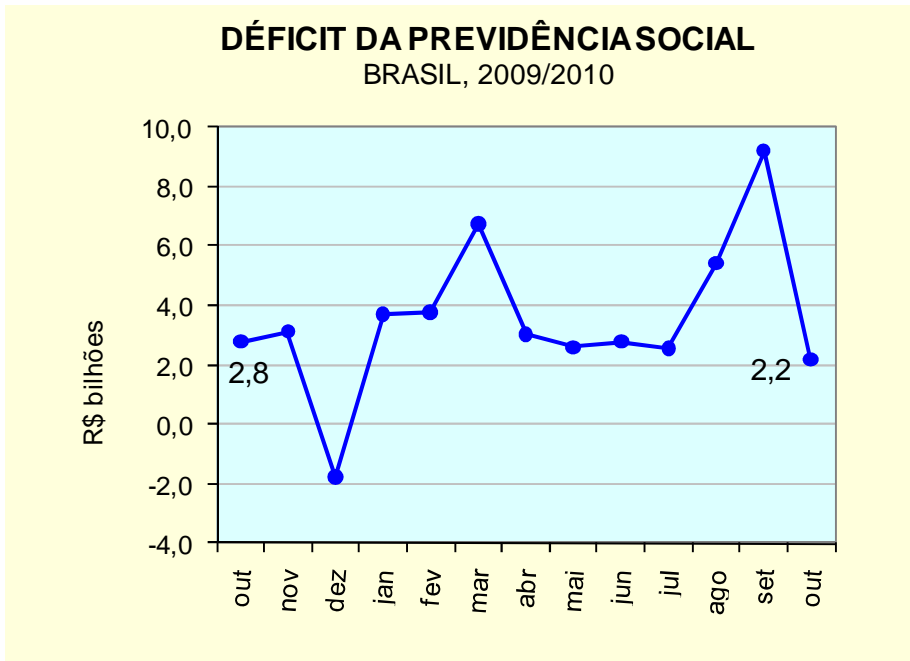
Em mil benefícios

	SET	OUT	JAN-OUT	
	2010	2010	2009	2010
<b>Benefícios do RGPS</b>	<b>24.110</b>	<b>24.174</b>	<b>23.107</b>	<b>23.821</b>
<b>Previdenciários</b>	<b>23.304</b>	<b>23.362</b>	<b>22.304</b>	<b>23.026</b>
Aposentadorias	15.464	15.491	14.732	15.296
Idade	8.084	8.099	7.657	7.986
Invalidez	2.942	2.943	2.865	2.925
Tempo de contribuição	4.438	4.449	4.211	4.386
Pensão por morte	6.586	6.592	6.352	6.529
Auxílio-Doença	1.119	1.147	1.107	1.072
Salário - maternidade	78	74	64	72
Outros	58	58	49	55
<b>Acidentários</b>	<b>806</b>	<b>812</b>	<b>803</b>	<b>795</b>
Aposentadorias	164	165	156	162
Pensão por morte	126	126	127	126
Auxílio - doença	164	169	169	156
Auxílio - acidente	279	280	274	278
Auxílio - suplementar	73	72	77	73

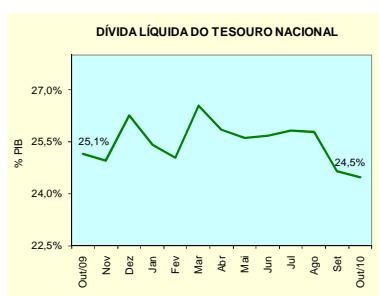
Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,19 p.p. enquanto os gastos com benefícios previdenciários aumentaram 0,02 p.p. em relação ao período de janeiro a outubro de 2009. Como resultado, o déficit



primário do RGPS diminuiu para 1,45% do PIB, 0,17 p.p. menor que o registrado no mesmo período do ano anterior.



*Em outubro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 893,0 bilhões, o equivalente a 24,5% do PIB.*



## DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 893,0 bilhões em outubro, o equivalente a 24,5% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve elevação de R\$ 3,1 bilhões, em termos nominais, consequência do aumento de R\$ 2,7 bilhões no estoque da dívida interna líquida e de R\$ 454,0 milhões na dívida externa líquida. Em relação ao PIB, houve diminuição de 0,2 p.p no mês.

**TABELA 4**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2009/2010**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009 OUT	2010 SET	2010 OUT
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>665.279</b>	<b>798.391</b>	<b>801.054</b>
I.1. Dívida Interna	1.919.936	2.210.320	2.234.257
I.2. Haveres Internos	1.254.656	1.411.929	1.433.204
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>101.365</b>	<b>91.501</b>	<b>91.955</b>
II.1. Dívida Externa	101.615	91.764	92.209
II.2. Haveres Externos	250	263	254
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>766.644</b>	<b>889.892</b>	<b>893.008</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1</sup></b>	<b>25,1%</b>	<b>24,7%</b>	<b>24,5%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação ao ano anterior, a DLTN em proporção do PIB reduziu 0,7 p.p, passando de 25,1% em outubro de 2009 para 24,5% em outubro de 2010. Em termos nominais, o aumento foi de R\$ 126,4 bilhões, no mesmo período, consequência do crescimento de R\$ 135,8 bilhões no estoque da dívida interna líquida, compensado em parte pela queda de R\$ 9,4 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

## Dívida Interna Líquida

No mês de outubro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 801,1 bilhões, o equivalente a 22,0% do PIB. O aumento de R\$ 2,7 bilhões, em relação ao mês anterior, explica-se pela elevação de R\$ 23,9 bilhões no estoque da dívida interna bruta, compensado em parte pelo crescimento de R\$ 21,3 bilhões nos haveres internos.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, cresceu 0,2 p.p., passando de 21,8% para 22,0%. Em termos nominais, a dívida interna líquida passou de R\$ 665,3 bilhões em outubro de 2009 para R\$ 801,1 bilhões em outubro de 2010. Esse comportamento decorreu do aumento de R\$ 314,3 bilhões no estoque da dívida interna,

compensado em parte pelo crescimento de R\$ 178,5 bilhões nos haveres internos.

**TABELA 5**  
**DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2009/2010**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009 OUT	2010 SET	2010 OUT
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.919.936</b>	<b>2.210.320</b>	<b>2.234.257</b>
I.1. Dívida Mobiliária	1.898.736	2.195.483	2.219.659
DPMFi em Poder do Público <sup>1</sup>	1.370.813	1.534.405	1.552.722
DPMFi em Poder do Banco Central	547.459	684.898	691.074
(-) Aplicações em Títulos Públicos <sup>2</sup>	(19.536)	(23.820)	(24.137)
I.2. Demais Obrigações Internas	21.199	14.837	14.598
<b>II. HAVERES INTERNOS</b>	<b>1.254.656</b>	<b>1.411.929</b>	<b>1.433.204</b>
II.1. Disponibilidades Internas	354.763	360.936	374.141
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	437.968	457.075	461.812
II.3. Haveres da Administração Indireta	217.464	231.885	234.299
II.4. Haveres Administrados pela STN	244.462	362.033	362.951
<b>III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>665.279</b>	<b>798.391</b>	<b>801.054</b>
<b>IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>3</sup></b>	<b>21,8%</b>	<b>22,1%</b>	<b>22,0%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

\1 Inclui TDA e dívida securitizada.

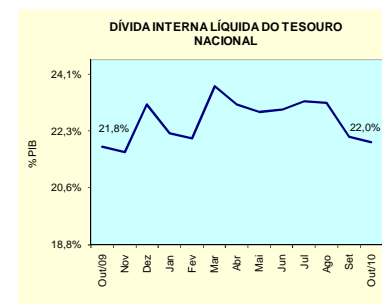
\2 Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

\3 PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

A Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, aumentou R\$ 24,2 bilhões em relação ao mês anterior (em relação ao PIB, não houve variação). Essa elevação da DPMFi pode ser explicada pela emissão líquida de R\$ 4,2 bilhões ocorrida no período mais apropriação de juros no valor de R\$ 20,3 bilhões. Em relação a outubro do ano anterior, houve aumento de R\$ 320,9 bilhões em termos nominais e redução de 1,4 p.p. em proporção do PIB, passando de 62,3% para 60,8% do PIB.

Na carteira de títulos em poder do público houve aumento de R\$ 18,3 bilhões, associado a emissão líquida de R\$ 4,2 bilhões e a apropriação de juros no total de R\$ 14,1 bilhões. Na carteira do Banco Central, o aumento foi de R\$ 6,2 bilhões, valor equivalente à apropriação de juros.

Em relação à composição da carteira em poder do público, as variações mais significativas, comparadas ao mês anterior, ocorreram com o aumento no estoque de LFT no montante de R\$ 14,8 bilhões e com a redução de LTN em R\$ 13,2 bilhões.



*A Dívida Interna Líquida reduziu 0,2% em relação ao PIB neste mês.*

Título	R\$ bilhões		
	2009 OUT	2010 SET	2010 OUT
Em Poder do Público	1.371	1.534	1.553
LFT	516	503	517
LTN	214	337	324
NTN-B	330	357	366
NTN-C	57	62	62
NTN-F	214	239	247
Demais <sup>1</sup>	39	37	37
Aplic. em Tít. Púb.	-20	-24	-24
Na carteira do BCB	547	685	691
<b>Total</b>	<b>1.899</b>	<b>2.195</b>	<b>2.220</b>
<b>% PIB</b>	<b>62,3%</b>	<b>60,8%</b>	<b>60,8%</b>

\1 Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

**TABELA 6**  
**VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, OUT/2010**

Título	Saldo Set/10	Fatores de Variação <sup>11</sup>			Saldo
		Emissões	Resgates <sup>12</sup>	Juros <sup>13</sup>	Out/10
Em poder do público	1.534,4	47,1	(42,89)	14,1	1.552,7
LFT	502,6	11,2	(0,35)	4,0	517,4
LTN	336,9	23,8	(39,68)	2,7	323,7
NTN-B	357,2	6,3	(1,43)	3,6	365,7
NTN-C	61,8	0,0	(0,63)	1,1	62,3
NTN-F	239,0	5,3	(0,00)	2,3	246,6
Demais <sup>14</sup>	36,8	0,5	(0,80)	0,5	37,0
Na carteira do BCB	684,9	0,0	0,00	6,2	691,1
<b>Total</b>	<b>2.219,3</b>	<b>47,1</b>	<b>(42,89)</b>	<b>20,3</b>	<b>2.243,8</b>

(\*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

<sup>11</sup> Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimo) ao saldo da obrigação.

<sup>12</sup> Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

<sup>13</sup> Refere-se aos juros apropriados por competência.

<sup>14</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Os haveres internos do Tesouro Nacional aumentaram R\$ 21,3 bilhões em relação ao mês anterior, refletindo a elevação de R\$ 13,2 bilhões nas disponibilidades internas, de R\$ 4,7 bilhões nos haveres junto aos governos regionais, de R\$ 2,4 bilhões nos haveres da administração indireta e de R\$ 918,1 milhões nos haveres administrados pela STN.

Em relação à evolução dos haveres junto aos governos regionais, as maiores variações foram observadas nos saldos devedores das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01, que juntas elevaram-se em R\$ 5,1 bilhões em função da variação do IGP-DI. Pelos termos contratuais, a correção monetária desses saldos, medida pelo IGP-DI, é realizada com base na taxa de inflação verificada no mês anterior ao mês de apuração do saldo, que no mês de setembro foi de 1,1%.

Quanto aos haveres da administração indireta, o crescimento foi de R\$ 2,4 bilhões. Foi verificado aumento de R\$ 1,3 bilhão nos haveres do FAT, de R\$ 710,5 milhões nos saldos dos Fundos Constitucionais e de R\$ 386,5 milhões nos saldos dos Fundos Diversos.

Nos haveres administrados pela STN, houve aumento de R\$ 2,2 bilhões no saldo dos haveres de legislação específica e redução de R\$ 1,6 bilhão no saldo dos haveres de operações estruturadas.

Em outubro, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 92,0 bilhões, contra R\$ 91,5 bilhões em setembro. Houve elevação de R\$ 453,6 milhões em termos nominais, contudo a variação em relação ao PIB

**HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS**  
**BRASIL, 2009/2010**

Discriminação	R\$ bilhões		
	2009		2010
	OUT	SET	OUT
Lei 9.496/97	316,0	337,0	341,2
MP 2.185/01	50,2	53,5	54,4
Lei 8.727/93	38,3	34,8	34,5
Antecipação de Royalties	11,3	10,1	10,2
Bônus Renegociados	6,0	5,6	5,4
Lei 7.976/89	0,3	0,0	0,0
Demais Haveres	15,9	16,0	16,1
<b>Total</b>	<b>438,0</b>	<b>457,1</b>	<b>461,8</b>
% PIB	14,4%	12,7%	12,7%

**HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO**  
**INDIRETA**  
**BRASIL, 2009/2010**

Entidade	R\$ bilhões		
	2009		2010
	OUT	SET	OUT
FAT	138,1	143,3	144,7
Fundos Regionais	50,5	56,8	57,5
Demais	28,9	31,7	32,1
<b>Total</b>	<b>217,5</b>	<b>231,9</b>	<b>234,3</b>

**Dívida Externa**  
**Líquida**

não foi significativa. Esse crescimento reflete a valorização cambial no montante de R\$ 593,9 milhões, a apropriação positiva de juros no valor de R\$ 667,7 milhões e o resgate líquido de R\$ 816,2 milhões, ocorridos no mês.

**TABELA 7**  
**DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (\*)**  
**BRASIL, 2009/2010**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009		2010
	OUT	SET	OUT
<b>I. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>101.615</b>	<b>91.764</b>	<b>92.209</b>
I.1. Dívida Mobiliária	79.553	72.091	72.609
Euro	9.731	6.797	7.012
Global US\$	59.164	54.490	53.406
Global BRL	10.438	10.646	12.031
Demais	218	158	160
I.2. Dívida Contratual	22.063	19.673	19.600
Organismos Internacionais	18.747	16.750	16.766
Bancos Privados e Agências Governamentais	3.315	2.922	2.834
<b>II. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>250</b>	<b>263</b>	<b>254</b>
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	250	263	254
<b>III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL</b>	<b>101.365</b>	<b>91.501</b>	<b>91.955</b>
<b>IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1</sup></b>	<b>3,3%</b>	<b>2,5%</b>	<b>2,5%</b>

(\*) Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em outubro de 2010, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 92,0 bilhões, equivalentes a 2,5% do PIB, valor inferior ao registrado no ano anterior em 0,8 p.p. do PIB.

Comparativamente ao ano anterior, a redução foi de R\$ 9,4 bilhões, passando de R\$ 101,4 bilhões em outubro de 2009 para R\$ 91,9 bilhões em outubro de 2010. Em percentual do PIB, diminuiu 0,8 p.p.

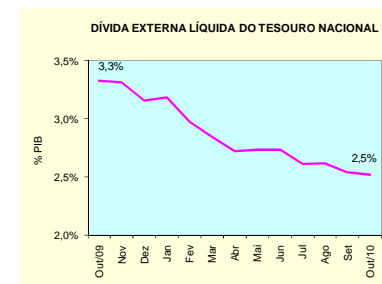
**TABELA 8**  
**VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL**  
**BRASIL, OUT/2010**

Discriminação	Estoque Set/10	Fatores de Variação				Estoque Out/10
		R\$ milhões				
		Emissões	Resgates <sup>1</sup>	Juros <sup>2</sup>	Variação Cambial	
<b>Dívida Mobiliária<sup>3</sup></b>	<b>72.091</b>	<b>1.288</b>	<b>(1.762)</b>	<b>583</b>	<b>410</b>	<b>72.609</b>
Global US\$	54.490	0	(1.762)	430	248	53.406
Euro	6.797	0	0	54	161	7.012
Global BRL	10.646	1.288	0	98	0	12.031
Demais	158	0	0	1	1	160
<b>Dívida Contratual</b>	<b>19.673</b>	<b>17</b>	<b>(360)</b>	<b>85</b>	<b>184</b>	<b>19.600</b>
Org. Internacionais	16.750	17	(192)	67	122	16.766
Bancos Priv./Ag. Gov.	2.922	0	(168)	17	62	2.834
<b>Total</b>	<b>91.764</b>	<b>1.304,9</b>	<b>(2.121,2)</b>	<b>667,7</b>	<b>594</b>	<b>92.209</b>

<sup>1</sup> Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.

<sup>2</sup> Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

<sup>3</sup> A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFI.



Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 78,7% (R\$ 72,6 bilhões); e a dívida contratual representa 21,3% (R\$ 19,6 bilhões).

## **Anexos**

### ***a) Lista de Abreviaturas***

### ***b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)***

**Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central

**Tabela A2** – Receitas Primárias do Governo Central

**Tabela A3** – Despesas primárias do Governo Central

**Tabela A4** – Execução Financeira do Tesouro Nacional

**Tabela A5** – Relacionamento Tesouro/Banco Central

### ***c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)***

**Tabela A6** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

**Tabela A7** – Dívida do Tesouro Nacional

**Tabela A8** – Haveres do Tesouro Nacional

### ***d) Outras Informações***

**Tabela A9** – Investimento do Governo Federal por Órgão até Outubro 2010/2009

### ***e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios***

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

Boletim Fundeb

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

### **Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal**

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica  
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico  
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira  
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público  
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido  
Emgea – Empresa Gestora de Ativos  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações  
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento  
FPE – Fundo de Participação de Estados  
FPM – Fundo de Participação de Municípios  
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)  
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social  
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados  
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física  
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica  
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
Paes – Parcelamento Especial  
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos  
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIS – Programa de Integração Social  
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito  
Proex – Programa de Incentivo às Exportações  
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSH – Programa de Subsídio à Habitação  
Refis – Programa de Recuperação Fiscal  
RFB – Receita Federal do Brasil  
RGPS – Regime Geral da Previdência Social  
RMV – Renda Mensal Vitalícia

### **Abreviaturas mais comuns da Dívida**

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)  
CVS – título representativo da dívida do FCVS  
DPFe – Dívida Pública Federal Externa  
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna  
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais  
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior  
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)  
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ITR – Imposto Territorial Rural  
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado  
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)  
LTN – Letras do Tesouro Nacional  
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)  
PAF – Plano Anual de Financiamento  
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia  
TDA – Títulos da Dívida Agrária  
TR – Taxa Referencial

	Out/2009	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2010
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>69.410,0</b>	<b>74.239,9</b>	<b>79.647,5</b>	<b>73.899,1</b>	<b>57.107,2</b>	<b>62.550,3</b>	<b>78.569,9</b>	<b>65.494,7</b>	<b>61.461,7</b>	<b>68.560,5</b>	<b>69.809,4</b>	<b>139.224,7</b>	<b>74.052,9</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>54.367,3</b>	<b>57.189,3</b>	<b>53.797,3</b>	<b>59.661,4</b>	<b>41.701,1</b>	<b>46.492,6</b>	<b>62.054,3</b>	<b>48.725,5</b>	<b>44.691,7</b>	<b>51.523,0</b>	<b>52.281,3</b>	<b>121.831,7</b>	<b>56.348,6</b>
I.1.1. Receita Bruta	55.725,3	59.509,0	56.927,9	60.488,6	42.030,1	46.767,0	62.589,6	48.961,5	46.761,4	54.015,3	54.210,5	122.979,1	58.989,4
- Impostos	26.120,0	23.867,6	24.866,7	28.882,0	17.630,9	21.624,9	28.059,3	21.753,6	22.872,3	24.891,6	23.030,2	22.768,8	28.383,7
- Contribuições	20.895,5	21.057,7	19.785,2	23.440,0	17.381,5	18.550,6	20.901,3	18.426,6	18.854,9	20.700,8	19.766,3	20.343,1	23.190,6
- Demais <sup>1</sup>	8.709,8	14.583,7	12.276,0	8.166,6	7.017,7	6.591,5	13.629,0	8.781,3	5.034,2	8.423,0	11.414,1	79.867,2	7.415,1
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74.807,6	0,0
I.1.2. (-) Restituições	-1.358,0	-2.319,7	-3.130,6	-822,0	-329,0	-274,4	-445,9	-236,0	-2.065,8	-2.492,3	-1.929,2	-1.147,4	-2.640,8
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-5,2	0,0	0,0	-89,4	0,0	-4,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>14.864,9</b>	<b>16.808,5</b>	<b>25.591,5</b>	<b>14.076,0</b>	<b>15.207,3</b>	<b>15.882,9</b>	<b>16.330,1</b>	<b>16.581,7</b>	<b>16.580,3</b>	<b>16.844,4</b>	<b>17.330,6</b>	<b>17.127,5</b>	<b>17.563,6</b>
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano <sup>2</sup>	14.496,9	16.410,0	25.147,2	13.720,4	14.884,1	15.506,0	15.932,4	16.154,9	16.195,4	16.454,8	16.904,0	16.715,7	17.150,0
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural <sup>2</sup>	368,0	398,5	444,3	355,6	323,2	377,0	397,7	426,8	384,9	389,6	426,6	411,8	413,6
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>177,8</b>	<b>242,1</b>	<b>258,6</b>	<b>161,7</b>	<b>198,8</b>	<b>174,8</b>	<b>185,5</b>	<b>187,5</b>	<b>189,7</b>	<b>193,1</b>	<b>197,5</b>	<b>265,5</b>	<b>140,7</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>10.946,5</b>	<b>12.176,5</b>	<b>13.896,2</b>	<b>10.650,6</b>	<b>12.953,3</b>	<b>9.015,0</b>	<b>11.606,6</b>	<b>13.952,2</b>	<b>10.980,3</b>	<b>8.563,9</b>	<b>12.008,1</b>	<b>9.880,7</b>	<b>11.715,0</b>
II.1. Transferências Constitucionais (PII, IR e outras)	7.431,5	9.145,5	12.046,9	7.688,1	9.316,4	6.968,0	8.312,3	10.168,8	8.903,9	6.648,2	8.788,5	7.387,7	7.941,5
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 <sup>3</sup>	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	650,0	1.137,5
II.3. Transferências da Cide	406,4	0,0	0,0	453,1	0,0	0,0	454,7	0,0	0,0	388,7	0,0	0,0	479,3
II.4. Demais	2.946,2	2.868,5	1.686,9	2.346,8	3.474,4	1.884,5	2.677,1	3.620,8	1.913,9	1.364,5	3.057,1	1.843,1	2.156,8
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-III)</b>	<b>58.463,5</b>	<b>62.063,4</b>	<b>65.751,3</b>	<b>63.248,5</b>	<b>44.153,9</b>	<b>53.535,3</b>	<b>66.963,3</b>	<b>51.542,5</b>	<b>50.481,4</b>	<b>59.996,7</b>	<b>57.801,3</b>	<b>129.343,9</b>	<b>62.337,8</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>47.228,6</b>	<b>51.400,6</b>	<b>63.830,6</b>	<b>49.381,4</b>	<b>45.340,2</b>	<b>58.091,4</b>	<b>50.366,4</b>	<b>52.053,4</b>	<b>49.816,8</b>	<b>59.221,3</b>	<b>53.802,9</b>	<b>103.325,7</b>	<b>54.622,7</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais<sup>4</sup></b>	<b>11.746,6</b>	<b>13.400,3</b>	<b>16.869,3</b>	<b>14.222,6</b>	<b>12.139,5</b>	<b>15.159,4</b>	<b>11.972,0</b>	<b>12.412,9</b>	<b>12.284,4</b>	<b>15.787,9</b>	<b>12.904,9</b>	<b>12.914,4</b>	<b>12.990,1</b>
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>17.639,1</b>	<b>19.924,7</b>	<b>23.835,0</b>	<b>17.784,4</b>	<b>18.988,4</b>	<b>22.609,3</b>	<b>19.341,9</b>	<b>19.171,2</b>	<b>19.358,6</b>	<b>19.410,1</b>	<b>22.746,2</b>	<b>26.318,7</b>	<b>19.736,2</b>
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano <sup>2</sup>	14.152,4	15.956,6	19.097,6	14.247,2	15.201,6	18.096,7	15.487,8	15.352,0	15.501,1	15.540,8	17.672,8	21.299,6	15.484,5
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural <sup>2</sup>	3.486,7	3.968,1	4.737,5	3.537,2	3.786,8	4.512,6	3.854,1	3.819,3	3.857,6	3.869,2	5.073,4	5.019,1	4.251,7
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>17.491,6</b>	<b>17.640,5</b>	<b>22.657,2</b>	<b>17.126,2</b>	<b>13.930,7</b>	<b>19.935,4</b>	<b>18.686,1</b>	<b>20.147,0</b>	<b>17.817,7</b>	<b>23.683,8</b>	<b>17.765,9</b>	<b>63.708,7</b>	<b>21.555,1</b>
IV.3.1. Despesa do FAT	2.462,8	2.101,1	2.151,7	1.425,6	1.799,6	2.077,6	1.976,4	2.018,0	1.729,7	5.311,8	3.323,8	2.727,8	2.794,8
- Abono e Seguro Desemprego	2.409,1	2.049,8	2.093,5	1.402,5	1.741,7	2.027,5	1.932,1	1.979,0	1.681,5	5.270,2	3.284,8	2.698,6	2.744,4
- Demais Despesas do FAT	53,7	51,3	58,2	23,1	57,9	50,1	44,3	38,9	48,3	41,7	39,0	29,2	50,4
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas <sup>4</sup>	1.443,5	722,7	479,4	965,9	755,0	1.080,5	651,3	687,2	882,1	396,1	379,6	544,9	1.243,7
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	1.264,3	401,8	356,3	771,3	492,2	857,2	369,5	410,7	635,2	209,9	127,8	309,7	940,8
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	179,2	321,0	123,0	194,7	262,8	283,3	281,8	276,5	246,9	186,2	251,8	235,2	302,9
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) <sup>5</sup>	1.628,5	1.633,9	1.641,6	1.587,6	1.977,7	1.830,2	1.835,1	1.827,6	1.851,7	1.893,8	1.869,8	1.873,1	1.885,0
IV.3.4. Capitalização da Petrobras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42.927,8
IV.3.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	11.956,6	13.182,8	18.384,6	13.147,1	9.398,4	14.947,2	14.223,4	15.614,2	13.354,2	16.082,0	12.192,8	15.635,1	15.631,6
- Outras Despesas de Custeio	8.583,3	9.959,1	11.411,9	10.287,2	6.816,8	10.875,4	10.933,7	11.726,1	9.413,2	11.569,5	9.371,8	11.387,9	11.740,5
- Outras Despesas de Capital <sup>6</sup>	3.373,3	3.223,7	6.972,7	2.859,9	2.581,6	4.071,8	3.289,7	3.888,1	3.940,9	4.512,5	2.821,0	4.247,2	3.891,1
<b>IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central</b>	<b>104,1</b>	<b>104,0</b>	<b>142,1</b>	<b>78,5</b>	<b>113,2</b>	<b>96,3</b>	<b>99,9</b>	<b>95,5</b>	<b>94,8</b>	<b>100,4</b>	<b>102,8</b>	<b>132,0</b>	<b>83,3</b>
<b>IV.5. Despesas do Banco Central</b>	<b>247,2</b>	<b>331,2</b>	<b>326,9</b>	<b>169,7</b>	<b>168,4</b>	<b>290,9</b>	<b>266,5</b>	<b>226,8</b>	<b>261,3</b>	<b>239,2</b>	<b>283,0</b>	<b>251,9</b>	<b>257,9</b>
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB<sup>7</sup></b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)</b>	<b>11.234,9</b>	<b>10.662,8</b>	<b>1.920,7</b>	<b>13.867,0</b>	<b>-1.186,3</b>	<b>-4.556,0</b>	<b>16.596,9</b>	<b>-510,9</b>	<b>664,6</b>	<b>775,4</b>	<b>3.998,4</b>	<b>26.018,2</b>	<b>7.715,2</b>
VI.1. Tesouro Nacional	14.078,5	13.868,1	232,5	17.583,5	2.564,4	2.286,4	19.689,6	2.117,9	3.514,5	3.387,1	9.499,5	35.195,8	10.005,0
VI.2. Previdência Social (RGPS) <sup>8</sup>	-2.774,2	-3.116,3	1.756,5	-3.708,4	-3.781,1	-6.726,4	-3.011,8	-2.589,5	-2.778,3	-2.565,6	-5.415,6	-9.191,1	-2.172,6
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano <sup>2</sup>	344,6	453,3	6.049,7	-526,8	-317,5	-2.590,8	444,6	803,0	694,4	914,0	-768,8	-4.583,8	1.665,5
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural <sup>2</sup>	-3.118,8	-3.569,6	-4.293,1	-3.181,6	-3.463,6	-4.135,6	-3.456,4	-3.392,5	-3.472,7	-3.479,6	-4.646,8	-4.607,3	-3.838,2
VI.3. Banco Central <sup>8</sup>	-69,4	-89,0	-68,3	-8,0	30,3	-116,0	-80,9	-39,3	-71,6	-46,1	-85,5	13,6	-117,3
<b>VII. AJUSTE METODOLÓGICO<sup>10</sup></b>	<b>134,6</b>	<b>134,6</b>	<b>24,2</b>	<b>155,5</b>	<b>0,0</b>	<b>3,6</b>	<b>60,4</b>	<b>150,8</b>	<b>148,5</b>	<b>146,8</b>	<b>125,2</b>	<b>141,9</b>	<b>121,1</b>
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>7,6</b>	<b>-84,9</b>	<b>-109,6</b>	<b>-484,7</b>	<b>485,3</b>	<b>640,1</b>	<b>-129,2</b>	<b>-1.071,3</b>	<b>-67,4</b>	<b>-309,4</b>	<b>-665,8</b>	<b>-566,7</b>	<b>nd</b>
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)<sup>11</sup></b>	<b>11.377,1</b>	<b>10.712,4</b>	<b>1.835,3</b>	<b>13.537,9</b>	<b>-701,0</b>	<b>-3.912,3</b>	<b>16.528,2</b>	<b>-1.431,4</b>	<b>745,7</b>	<b>612,8</b>	<b>3.457,9</b>	<b>25.593,5</b>	<b>nd</b>
<b>X. JUROS NOMINAIS<sup>11</sup></b>	<b>-11.491,3</b>	<b>-12.984,3</b>	<b>-11.793,9</b>	<b>-11.757,5</b>	<b>-8.150,6</b>	<b>-10.698,7</b>	<b>-9.473,7</b>	<b>-10.874,5</b>	<b>-7.159,0</b>	<b>-13.208,7</b>	<b>-12.589,3</b>	<b>-9.393,9</b>	<b>nd</b>
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)<sup>11</sup></b>	<b>-114,2</b>	<b>-2.271,9</b>	<b>-9.958,6</b>	<b>1.780,3</b>	<b>-8.851,6</b>	<b>-14.611,0</b>	<b>7.054,5</b>	<b>-12.305,9</b>	<b>-6.413,3</b>	<b>-12.595,9</b>	<b>-9.131,4</b>	<b>16.199,6</b>	<b>nd</b>
<b>Memo:</b>													
Parcela patronal da CPSS <sup>1</sup>	876,7	1.493,7	1.241,1	833,6	926,8	847,2	931,4	879,6	886,6	968,2	974,4	981,2	971,0
RMV <sup>2</sup>	152,6	149,9	144,6	144,6	176,8	160,3	158,9	156,3	155,8	155,9	152,9	151,5	149,5

\* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

<sup>1</sup> Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

<sup>2</sup> Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

<sup>3</sup> Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

<sup>4</sup> Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

<sup>5</sup> Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

<sup>6</sup> Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifapi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), exceto o elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66), conforme detalhamento na tabela A9.

<sup>7</sup> Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

<sup>8</sup> Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

<sup>9</sup> Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

<sup>10</sup> Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

<sup>11</sup> Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil



	Out/2009	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2010
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>69.410,0</b>	<b>74.239,9</b>	<b>79.647,5</b>	<b>73.899,1</b>	<b>57.107,2</b>	<b>62.550,3</b>	<b>78.569,9</b>	<b>65.494,7</b>	<b>61.461,7</b>	<b>68.560,5</b>	<b>69.809,4</b>	<b>139.224,7</b>	<b>74.052,9</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>54.367,3</b>	<b>57.189,3</b>	<b>53.797,3</b>	<b>59.661,4</b>	<b>41.701,1</b>	<b>46.492,6</b>	<b>62.054,3</b>	<b>48.725,5</b>	<b>44.691,7</b>	<b>51.523,0</b>	<b>52.281,3</b>	<b>121.831,7</b>	<b>56.348,6</b>
I.1.1. Receita Bruta	55.725,3	59.509,0	56.927,9	60.488,6	42.030,1	46.767,0	62.589,6	48.961,5	46.761,4	54.015,3	54.210,5	122.979,1	58.989,4
I.1.1.1. Impostos	26.120,0	23.867,6	24.866,7	28.882,0	17.630,9	21.624,9	28.059,3	21.753,6	22.872,3	24.891,6	23.030,2	22.768,8	28.383,7
IR	20.041,6	16.821,7	18.087,1	22.598,7	11.801,8	15.204,6	21.267,7	14.772,3	15.591,0	17.727,4	15.243,5	14.649,7	19.882,7
IR - Pessoa Física	1.342,4	1.291,6	718,9	667,8	612,3	609,9	4.140,9	1.570,3	1.327,2	1.473,1	1.346,1	1.184,9	1.577,2
IR - Pessoa Jurídica	11.533,0	7.345,1	5.816,5	11.796,5	4.980,7	6.816,3	9.447,4	5.349,6	4.775,6	9.125,9	6.518,7	6.025,5	10.227,8
IR - Retido na Fonte	7.166,2	8.185,0	11.551,7	10.134,4	6.208,8	7.778,4	7.679,4	7.852,5	9.488,1	7.128,5	7.378,8	7.439,2	8.077,7
IRRF - Rendimentos do Trabalho	3.979,5	4.972,6	5.131,0	6.131,5	4.182,8	5.213,3	4.868,4	4.522,4	4.395,1	4.489,0	4.748,4	4.655,6	4.603,8
IRRF - Rendimentos do Capital	1.621,4	1.303,1	4.444,6	2.387,0	1.113,0	1.232,4	1.523,8	1.409,6	3.749,3	1.350,7	1.336,9	1.270,9	1.853,3
IRRF - Remessas ao Exterior	892,6	957,7	1.465,5	998,0	489,1	840,2	750,4	1.366,0	823,8	770,7	761,3	911,5	1.033,9
IRRF - Outros Rendimentos	672,6	951,6	510,6	617,7	423,9	492,5	536,8	554,5	520,0	518,1	532,2	601,3	586,7
IPI	2.997,2	3.215,0	3.189,2	2.876,5	2.548,8	2.751,5	3.195,2	3.170,4	3.377,3	3.181,7	3.504,3	3.633,2	3.646,6
IPI - Fumo	310,4	311,1	305,4	339,9	318,6	295,3	319,8	282,6	363,0	281,2	268,3	299,8	302,1
IPI - Bebidas	190,6	211,2	229,8	283,2	181,6	167,7	180,1	182,9	175,7	190,2	176,7	191,8	230,2
IPI - Automóveis	228,7	285,2	315,8	288,3	241,2	282,4	436,3	519,5	523,9	442,6	529,6	589,3	560,1
IPI - Vinculado a importação	742,8	750,2	791,2	716,8	716,8	905,2	802,8	902,4	957,5	959,8	1.059,7	1.069,0	1.008,1
IPI - Outros	1.524,7	1.657,3	1.546,9	1.248,3	1.090,7	1.100,0	1.456,1	1.283,1	1.357,3	1.307,9	1.470,0	1.483,3	1.546,1
IOF	1.581,5	2.238,1	2.133,2	1.958,9	1.896,9	1.917,7	2.091,6	2.133,9	2.162,7	2.171,8	2.291,3	2.200,5	2.874,9
Imposto de Importação	1.444,4	1.536,6	1.424,4	1.440,3	1.376,5	1.743,0	1.496,3	1.669,2	1.735,3	1.804,5	1.982,3	1.957,8	1.918,0
Outros	55,3	56,4	32,7	7,6	6,8	8,1	8,5	7,7	5,9	6,1	8,7	327,6	61,5
I.1.1.2. Contribuições	20.895,5	21.057,7	19.785,2	23.440,0	17.381,5	18.550,6	20.901,3	18.426,6	18.854,9	20.700,8	19.766,3	20.343,1	23.190,6
COFINS	11.016,8	12.240,3	12.218,5	11.494,9	10.112,4	10.485,7	11.286,0	10.924,5	11.445,1	11.203,9	11.508,6	12.121,0	12.801,0
CPMF	5,7	96,4	4,4	8,8	13,1	5,0	4,0	3,7	8,3	16,1	8,7	8,5	15,1
CSLL	5.040,0	3.830,1	2.679,6	6.331,8	2.835,6	3.429,3	4.903,6	2.885,1	2.551,7	4.678,3	3.302,1	2.849,4	5.049,5
CIDE-Combustíveis	618,2	639,5	632,4	690,2	680,1	586,2	562,4	530,5	581,6	682,0	700,0	683,0	703,7
Pis/Pasep	3.131,8	3.132,1	3.064,0	3.029,6	2.605,2	2.772,6	2.973,8	2.898,4	3.009,5	2.960,7	2.988,0	3.225,9	3.276,1
Salário Educação	769,4	773,8	813,8	1.421,9	831,1	823,9	826,0	838,4	870,5	862,1	883,9	931,0	898,5
Outras	313,5	345,5	372,5	462,8	304,0	447,9	345,5	346,1	388,2	297,7	374,9	524,2	446,7
I.1.1.3. Demais	8.709,8	14.583,7	12.276,0	8.166,6	7.017,7	6.591,5	13.629,0	8.781,3	5.034,2	8.423,0	11.414,1	79.867,2	7.415,1
CPSS <sup>1</sup>	749,9	1.208,2	971,1	781,7	757,2	759,1	770,3	784,5	763,1	827,4	822,2	856,8	844,3
Cota parte de compensações financeiras	3.712,9	1.268,8	1.269,3	3.837,3	1.330,2	1.271,8	3.953,3	1.393,9	1.124,0	3.670,1	1.127,3	1.127,3	3.358,9
Diretamente arrecadadas	1.599,1	1.644,9	1.801,8	2.229,3	1.624,3	2.112,3	4.121,4	2.488,7	1.834,5	1.960,9	1.955,4	1.901,5	2.053,5
Concessões	174,7	12,6	105,4	233,5	7,1	19,0	15,3	130,3	44,1	54,0	14,9	16,6	15,5
Dividendos	27,5	2.509,6	5.872,2	78,9	2.052,2	1.069,0	4.014,8	1.760,3	59,0	934,2	6.795,1	42,9	4,6
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	74.807,6	0,0
Outras	2.445,7	7.939,6	2.256,2	1.006,0	1.246,6	1.360,3	754,0	2.223,6	1.209,5	976,4	738,7	1.114,5	1.138,3
I.1.2. (-) Restituições	-1.358,0	-2.319,7	-3.130,6	-822,0	-329,0	-274,4	-445,9	-236,0	-2.065,8	-2.492,3	-1.929,2	-1.147,4	-2.640,8
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-5,2	0,0	0,0	-89,4	0,0	-4,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>14.864,9</b>	<b>16.808,5</b>	<b>25.591,5</b>	<b>14.076,0</b>	<b>15.207,3</b>	<b>15.882,9</b>	<b>16.330,1</b>	<b>16.581,7</b>	<b>16.580,3</b>	<b>16.844,4</b>	<b>17.330,6</b>	<b>17.127,5</b>	<b>17.563,6</b>
Urbana	14.496,9	16.410,0	25.147,2	13.720,4	14.884,1	15.506,0	15.932,4	16.154,9	16.195,4	16.454,8	16.904,0	16.715,7	17.150,0
Rural	368,0	398,5	444,3	355,6	323,2	377,0	397,7	426,8	384,9	389,6	426,6	411,8	413,6
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>177,8</b>	<b>242,1</b>	<b>258,6</b>	<b>161,7</b>	<b>198,8</b>	<b>174,8</b>	<b>185,5</b>	<b>187,5</b>	<b>189,7</b>	<b>193,1</b>	<b>197,5</b>	<b>265,5</b>	<b>140,7</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>10.946,5</b>	<b>12.176,5</b>	<b>13.896,2</b>	<b>10.650,6</b>	<b>12.953,3</b>	<b>9.015,0</b>	<b>11.606,6</b>	<b>13.952,2</b>	<b>10.980,3</b>	<b>8.563,9</b>	<b>12.008,1</b>	<b>9.880,7</b>	<b>11.715,0</b>
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	7.431,5	9.145,5	12.046,9	7.688,1	9.316,4	6.968,0	8.312,3	10.168,8	8.903,9	6.648,2	8.788,5	7.387,7	7.941,5
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 <sup>2</sup>	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	650,0	1.137,5
II.3. Transferências da Cide	406,4	0,0	0,0	453,1	0,0	0,0	454,7	0,0	0,0	388,7	0,0	0,0	479,3
II.4. Demais	2.946,2	2.868,5	1.686,9	2.346,8	3.474,4	1.884,5	2.677,1	3.620,8	1.913,9	1.364,5	3.057,1	1.843,1	2.156,8
II.4.1. Salário Educação	470,6	461,7	464,3	488,3	853,2	498,7	494,3	495,6	503,0	522,3	517,3	530,3	558,7
II.4.2. Royalties (lei nº 9.478/97)	796,1	2.100,2	917,3	879,2	2.169,5	932,1	872,9	2.324,2	956,1	832,2	2.085,6	816,1	836,0
II.4.3. Fundef/Fundeb	566,4	283,2	283,2	441,1	441,1	441,1	441,1	788,4	443,1	0,0	443,1	478,6	478,6
II.4.4. Outras	1.113,1	23,4	22,1	538,2	10,7	12,7	868,8	12,7	11,7	10,0	11,2	18,0	283,5

\* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS.

<sup>1</sup> Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

<sup>2</sup> Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

**TABELA A3 - DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL \***

R\$ milhões

	Out/2009	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2010
<b>I. DESPESA TOTAL</b>	<b>47.228,6</b>	<b>51.400,6</b>	<b>63.830,6</b>	<b>49.381,4</b>	<b>45.340,2</b>	<b>58.091,4</b>	<b>50.366,4</b>	<b>52.053,4</b>	<b>49.816,8</b>	<b>59.221,3</b>	<b>53.802,9</b>	<b>103.325,7</b>	<b>54.622,7</b>
<b>I.1. Pessoal e Encargos Sociais<sup>1</sup></b>	<b>11.746,6</b>	<b>13.400,3</b>	<b>16.869,3</b>	<b>14.222,6</b>	<b>12.139,5</b>	<b>15.159,4</b>	<b>11.972,0</b>	<b>12.412,9</b>	<b>12.284,4</b>	<b>15.787,9</b>	<b>12.904,9</b>	<b>12.914,4</b>	<b>12.990,1</b>
<b>I.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>17.639,1</b>	<b>19.924,7</b>	<b>23.835,0</b>	<b>17.784,4</b>	<b>18.988,4</b>	<b>22.609,3</b>	<b>19.341,9</b>	<b>19.171,2</b>	<b>19.358,6</b>	<b>19.410,1</b>	<b>22.746,2</b>	<b>26.318,7</b>	<b>19.736,2</b>
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano <sup>2</sup>	14.152,4	15.956,6	19.097,6	14.247,2	15.201,6	18.096,7	15.487,8	15.352,0	15.501,1	15.540,8	17.672,8	21.299,6	15.484,5
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Rural <sup>2</sup>	3.486,7	3.968,1	4.737,5	3.537,2	3.786,8	4.512,6	3.854,1	3.819,3	3.857,6	3.869,2	5.073,4	5.019,1	4.251,7
<b>I.3. Custeio e Capital</b>	<b>17.491,6</b>	<b>17.640,5</b>	<b>22.657,2</b>	<b>17.126,2</b>	<b>13.930,7</b>	<b>19.935,4</b>	<b>18.686,1</b>	<b>20.147,0</b>	<b>17.817,7</b>	<b>23.683,8</b>	<b>17.765,9</b>	<b>63.708,7</b>	<b>21.555,1</b>
I.3.1. Despesa do FAT	2.462,8	2.101,1	2.151,7	1.425,6	1.799,6	2.077,6	1.976,4	2.018,0	1.729,7	5.311,8	3.323,8	2.727,8	2.794,8
I.3.1.1. Abono e Seguro Desemprego	2.409,1	2.049,8	2.093,5	1.402,5	1.741,7	2.027,5	1.932,1	1.979,0	1.681,5	5.270,2	3.284,8	2.698,6	2.744,4
I.3.1.2. Demais Despesas do FAT	53,7	51,3	58,2	23,1	57,9	50,1	44,3	38,9	48,3	41,7	39,0	29,2	50,4
I.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas <sup>3</sup>	1.443,5	722,7	479,4	965,9	755,0	1.080,5	651,3	687,2	882,1	396,1	379,6	544,9	1.243,7
I.3.2.1. Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	1.264,3	401,8	356,3	771,3	492,2	857,2	369,5	410,7	635,2	209,9	127,8	309,7	940,8
Equalização de custeio agropecuário	2,0	2,3	2,6	3,0	3,4	4,3	4,2	4,9	5,4	5,8	5,1	4,3	448,6
Equalização de invest. rural e agroindustrial <sup>4</sup>	-1,8	6,2	0,4	7,9	-0,1	0,7	1,0	0,5	0,6	1,0	-13,5	0,3	0,1
Política de preços agrícolas	1.030,3	172,0	60,2	467,3	270,4	439,0	198,1	277,9	419,7	124,6	91,4	185,7	181,7
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,1	0,1	0,1	86,5	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2
Equalização Aquisições do Governo Federal	1.003,4	131,9	-50,9	259,6	200,2	197,6	135,9	185,2	229,7	33,1	11,1	23,4	80,9
Garantia à Sustentação de Preços	26,8	40,0	111,0	121,2	70,0	241,2	62,0	92,4	189,6	91,2	80,0	162,0	100,6
Pronaf	110,5	82,0	-3,7	23,0	17,9	149,2	24,5	-1,2	14,8	15,3	31,7	21,5	107,0
Equalização Empréstimo do Governo Federal	7,7	49,0	10,2	19,3	7,3	138,5	4,2	5,5	3,8	15,2	15,2	2,2	110,4
Concessão de Financiamento <sup>5</sup>	102,9	33,1	-13,9	3,7	10,5	10,7	20,4	-6,7	11,0	0,1	16,5	19,3	-3,4
Proex	-9,8	-3,4	27,1	-125,3	-29,3	6,4	-28,5	14,9	36,4	-36,5	-11,1	29,8	66,9
Equalização Empréstimo do Governo Federal	19,8	7,3	33,7	5,5	0,5	30,7	7,4	18,6	16,3	63,8	1,5	39,7	17,9
Concessão de Financiamento <sup>5</sup>	-29,7	-10,7	-6,6	-130,8	-29,8	-24,4	-35,8	-3,7	20,1	-100,3	-12,6	-9,8	49,0
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) <sup>6</sup>	1,0	2,3	199,7	29,4	0,0	32,1	2,3	58,2	104,1	67,8	0,0	15,9	93,9
Cacau	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	3,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo da terra/ INCRA <sup>5</sup>	130,2	113,4	69,4	236,9	75,1	66,8	68,0	44,1	49,2	34,6	7,7	53,2	41,8
Funcafé	1,2	3,3	2,9	20,0	5,4	9,0	16,2	12,5	6,3	0,3	0,7	1,8	2,5
Revitaliza	0,0	25,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) <sup>5</sup>	-2,6	-2,5	-2,3	-1,7	-0,9	-0,9	-1,4	-1,2	-1,2	-3,1	-5,2	-2,8	-1,6
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	110,9	150,4	150,6	85,0	0,0	0,0	0,0	21,1	0,0	0,0
I.3.2.2. Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	179,2	321,0	123,0	194,7	262,8	223,3	281,8	276,5	246,9	186,2	251,8	235,2	302,9
I.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) <sup>7</sup>	1.628,5	1.633,9	1.641,6	1.587,6	1.977,7	1.830,2	1.835,1	1.827,6	1.851,7	1.893,8	1.869,8	1.873,1	1.885,0
I.3.4. Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	42.927,8	0,0
I.3.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	11.956,6	13.182,8	18.384,6	13.147,1	9.398,4	14.947,2	14.223,4	15.614,2	13.354,2	16.082,0	12.192,8	15.635,1	15.631,6
I.3.5.1. Sentenças Judiciais	17,0	14,2	13,3	9,1	6,7	83,5	1.187,8	789,3	47,6	40,8	44,0	42,1	35,0
I.3.5.2. Legislativo/Judiciário	421,1	452,5	596,4	435,1	434,1	581,0	504,2	551,2	533,5	557,5	587,9	627,8	564,6
Legislativo	73,6	93,2	111,8	73,5	87,3	107,7	103,1	106,2	93,3	92,1	103,3	78,9	92,0
Judiciário	347,5	359,2	484,6	361,6	346,8	473,3	401,1	445,0	440,2	465,4	484,5	549,0	472,6
I.3.5.3. Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	131,6	146,4	262,1	339,3	141,8	387,8	1.391,3	1.101,6	625,4	837,9	818,5	612,5	567,9
I.3.5.4. Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	1.925,0	2.038,9	4.478,4	1.066,4	1.215,2	1.749,8	1.392,1	1.754,9	1.827,6	1.624,6	1.291,4	2.364,5	3.394,2
I.3.5.5. Outras Obrigatórias	121,3	160,5	236,0	456,6	64,9	228,0	99,3	336,2	115,5	123,8	104,6	87,9	187,2
I.3.5.6. Discricionárias	9.340,6	10.370,4	12.798,4	10.840,5	7.535,7	11.917,1	9.648,6	11.081,0	10.204,6	12.897,4	9.346,3	11.900,2	10.882,8
<b>I.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central</b>	<b>104,1</b>	<b>104,0</b>	<b>142,1</b>	<b>78,5</b>	<b>113,2</b>	<b>96,3</b>	<b>99,9</b>	<b>95,5</b>	<b>94,8</b>	<b>100,4</b>	<b>102,8</b>	<b>132,0</b>	<b>83,3</b>
<b>I.5. Despesas do Banco Central</b>	<b>247,2</b>	<b>331,2</b>	<b>326,9</b>	<b>169,7</b>	<b>168,4</b>	<b>290,9</b>	<b>266,5</b>	<b>226,8</b>	<b>261,3</b>	<b>239,2</b>	<b>283,0</b>	<b>251,9</b>	<b>257,9</b>
<b>Memo:</b>													
Parcela patronal da CPSS <sup>1</sup>	876,7	1.493,7	1.241,1	833,6	926,8	847,2	931,4	879,6	886,6	968,2	974,4	981,2	971,0
RMV <sup>7</sup>	152,6	151,1	149,9	144,6	176,8	160,3	158,9	156,3	155,8	155,9	152,9	151,5	149,5

\* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

1 Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

2 Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

3 Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

4 Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais", nos valores de R\$ 13,6 milhões em agosto e R\$ em 2,0 milhões em outubro de 2009.

5 Concessão de empréstimos menos retornos.

6 Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

7 Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

**TABELA A4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL \***

R\$ milhões

	Out/2009	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2010	Out/2010
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>62.871,4</b>	<b>78.867,4</b>	<b>93.506,6</b>	<b>52.555,0</b>	<b>68.644,6</b>	<b>62.503,3</b>	<b>67.956,8</b>	<b>73.282,3</b>	<b>62.798,6</b>	<b>62.136,1</b>	<b>73.263,8</b>	<b>73.289,8</b>	<b>67.718,2</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	44.224,3	60.061,0	65.362,1	34.740,0	51.423,9	43.189,7	47.965,8	53.844,1	44.378,1	41.173,6	53.007,2	53.084,6	47.365,3
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-5,2	0,0	0,0	-89,4	0,0	-12,4	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.774,8	1.602,3	1.660,2	1.112,0	1.501,4	2.318,7	1.799,7	1.619,9	1.666,8	1.662,2	1.682,2	1.669,9	1.331,4
I.4 - Receita das Operações de Crédito	124,7	128,6	120,5	208,0	57,0	111,4	101,2	113,3	193,3	261,1	92,5	233,6	113,6
I.5 - Receita do Salário Educação	853,9	858,4	902,1	1.585,4	922,0	909,9	917,2	931,5	966,3	954,2	980,8	1.032,0	998,1
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	15.893,8	16.217,2	25.461,8	14.914,7	14.740,3	15.973,6	17.262,2	16.773,6	15.606,5	18.084,9	17.501,1	17.269,7	17.909,7
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS</b>	<b>61.280,4</b>	<b>75.312,7</b>	<b>74.712,9</b>	<b>68.407,7</b>	<b>54.440,4</b>	<b>58.270,3</b>	<b>51.854,6</b>	<b>60.633,7</b>	<b>59.311,7</b>	<b>56.904,0</b>	<b>72.779,4</b>	<b>50.180,6</b>	<b>56.255,7</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>12.765,1</b>	<b>14.947,3</b>	<b>16.982,1</b>	<b>11.849,4</b>	<b>12.847,7</b>	<b>10.131,6</b>	<b>13.431,6</b>	<b>14.233,2</b>	<b>12.284,3</b>	<b>10.193,1</b>	<b>12.399,6</b>	<b>11.689,7</b>	<b>13.540,4</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	7.918,5	9.753,5	12.702,5	8.193,0	9.932,8	7.425,9	8.861,0	10.844,3	9.490,2	7.079,2	9.366,2	7.869,9	8.460,7
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.881,4	2.585,5	1.399,4	21,9	10,8	12,3	68,8	12,7	11,8	9,9	11,3	18,1	283,9
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	162,5	162,5	679,1	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	650,0	1.137,5
II.1.4 - Outras Vinculações	2.802,6	2.445,9	2.717,7	2.955,4	2.741,7	2.530,9	2.739,4	3.213,7	2.619,8	2.941,5	2.859,6	3.151,7	3.658,3
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>48.515,4</b>	<b>60.365,4</b>	<b>57.730,8</b>	<b>56.558,3</b>	<b>41.592,7</b>	<b>48.138,7</b>	<b>38.423,0</b>	<b>46.400,5</b>	<b>47.027,4</b>	<b>46.710,9</b>	<b>60.379,8</b>	<b>38.490,9</b>	<b>42.715,2</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	12.944,6	18.721,5	14.850,2	879,2	2.169,5	932,0	872,9	2.249,6	956,1	832,2	2.087,5	816,1	836,0
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.000,9	136,8	872,2	980,1	308,2	938,6	1.503,1	590,1	2.701,0	2.103,4	2.408,9	814,0	3.104,3
i) Dívida Contratual Interna	100,7	95,8	102,7	71,0	100,9	103,5	102,0	93,3	93,9	101,8	102,3	99,3	104,3
ii) Dívida Contratual Externa	900,2	41,0	769,5	909,1	207,3	835,1	1.401,1	496,7	2.607,1	2.001,6	2.306,6	714,7	3.000,0
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	4.209,5	8.566,0	5.923,0	17.020,8	3.810,6	7.909,6	1.181,6	7.209,5	5.118,8	13.759,0	7.043,6	3.987,5	878,4
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	16.763,8	18.130,5	14.284,9	25.171,6	21.956,8	22.836,7	18.827,6	19.379,7	19.434,4	15.328,5	32.352,4	15.847,4	19.730,5
II.2.5 - Custeio e Investimento	13.366,4	14.542,2	21.422,6	12.198,9	13.231,9	15.010,8	15.882,6	16.766,1	18.397,4	14.412,9	16.311,1	16.639,8	17.361,1
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	230,3	268,3	377,8	307,7	115,8	511,0	155,3	205,5	419,8	274,9	176,1	386,0	804,9
II.2.7 - Restos a Pagar													
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)</b>	<b>1.591,0</b>	<b>3.554,7</b>	<b>18.793,8</b>	<b>-15.852,7</b>	<b>14.204,2</b>	<b>4.233,0</b>	<b>16.102,2</b>	<b>12.648,7</b>	<b>3.486,9</b>	<b>5.232,1</b>	<b>484,4</b>	<b>23.109,2</b>	<b>11.462,5</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>46.679,4</b>	<b>35.717,8</b>	<b>121.069,3</b>	<b>41.250,2</b>	<b>36.383,5</b>	<b>86.856,2</b>	<b>30.352,8</b>	<b>14.882,9</b>	<b>31.923,2</b>	<b>41.348,4</b>	<b>47.784,6</b>	<b>35.096,9</b>	<b>47.304,3</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	45.436,1	34.755,1	119.788,8	40.433,8	34.502,9	85.622,4	29.008,3	13.640,4	30.922,6	40.328,8	45.015,6	33.922,9	46.128,4
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.243,2	962,8	1.280,5	816,4	1.880,6	1.233,9	1.344,5	1.242,6	1.000,7	1.019,6	2.769,0	1.174,0	1.175,9
<b>V. DESPESAS</b>	<b>39.617,4</b>	<b>12.656,8</b>	<b>27.351,7</b>	<b>83.287,1</b>	<b>1.777,3</b>	<b>35.107,0</b>	<b>19.237,8</b>	<b>2.437,0</b>	<b>46.678,8</b>	<b>46.687,0</b>	<b>35.197,1</b>	<b>36.153,9</b>	<b>42.242,5</b>
V.1 - Amortização da Dívida Interna	38.599,9	10.386,8	26.721,4	82.852,6	655,5	34.462,3	17.935,4	720,0	45.246,8	44.639,7	32.078,7	33.818,7	37.842,5
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	38.402,0	10.200,0	26.438,5	82.719,2	470,4	34.270,4	17.738,4	520,0	45.048,1	44.444,8	31.880,5	33.612,5	37.632,9
V.1.2 - Dívida Contratual	197,9	186,8	282,9	133,4	185,0	191,9	197,0	200,0	198,7	194,9	198,2	206,2	209,6
V.2 - Amortização da Dívida Externa	1.017,5	2.269,9	630,3	434,5	1.121,8	644,7	1.302,3	1.717,0	1.432,0	2.047,3	3.118,3	2.335,2	4.400,0
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)</b>	<b>7.034,1</b>	<b>24.555,1</b>	<b>93.350,3</b>	<b>-42.285,4</b>	<b>34.032,5</b>	<b>51.352,0</b>	<b>11.269,8</b>	<b>13.120,3</b>	<b>-14.125,5</b>	<b>-4.116,0</b>	<b>13.135,1</b>	<b>310,4</b>	<b>8.495,5</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN</b>	<b>-9.688,9</b>	<b>-7.895,6</b>	<b>-4.763,1</b>	<b>-40.661,5</b>	<b>1.023,5</b>	<b>3.357,8</b>	<b>-7.470,0</b>	<b>9.438,0</b>	<b>3.182,1</b>	<b>-5.261,2</b>	<b>-11.564,8</b>	<b>23.964,3</b>	<b>3.223,7</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)</b>	<b>-1.035,9</b>	<b>18.720,1</b>	<b>107.748,2</b>	<b>-98.551,2</b>	<b>49.833,9</b>	<b>59.340,1</b>	<b>19.747,1</b>	<b>34.532,6</b>	<b>-8.086,5</b>	<b>-5.367,7</b>	<b>1.507,1</b>	<b>46.016,5</b>	<b>19.747,9</b>

\* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

**TABELA A5 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL \***

R\$ milhões

	Out/2009	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2010
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>2.641,5</b>	<b>3.017,7</b>	<b>3.165,5</b>	<b>4.338,5</b>	<b>3.023,5</b>	<b>3.357,8</b>	<b>8.230,0</b>	<b>12.433,2</b>	<b>3.182,1</b>	<b>29.765,8</b>	<b>6.638,7</b>	<b>23.964,3</b>	<b>3.223,7</b>
I.1. Emissão de Títulos	0,0	0,0	0,0	1.570,1	0,0	0,0	5.137,4	8.934,5	0,0	27.136,9	3.727,4	10.354,7	0,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.519,3	2.898,9	3.098,8	2.609,8	2.779,5	2.824,2	2.915,1	3.341,1	3.048,5	2.512,3	2.818,2	2.584,6	3.227,6
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	122,2	118,8	66,7	158,6	244,1	533,6	177,5	157,5	133,6	116,5	93,1	18,7	-4,0
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11.006,3	0,0
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>12.330,5</b>	<b>10.913,3</b>	<b>7.928,6</b>	<b>-45.000,0</b>	<b>-2.000,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-15.700,0</b>	<b>-2.995,2</b>	<b>0,0</b>	<b>-35.027,0</b>	<b>-18.203,4</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
II.1. Resgate de Títulos	11.210,0	8.102,2	5.857,9	-36.000,0	0,0	0,0	-14.000,0	0,0	0,0	-27.277,0	-13.947,0	0,0	0,0
II.2. Encargos da DPMF	1.120,5	2.811,1	2.070,7	-9.000,0	-2.000,0	0,0	-1.700,0	-2.995,2	0,0	-7.750,0	-4.256,5	0,0	0,0
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>-9.688,9</b>	<b>-7.895,6</b>	<b>-4.763,1</b>	<b>49.338,5</b>	<b>5.023,5</b>	<b>3.357,8</b>	<b>23.930,0</b>	<b>15.428,3</b>	<b>3.182,1</b>	<b>64.792,8</b>	<b>24.842,1</b>	<b>23.964,3</b>	<b>3.223,7</b>

\* Valores apurados pelo conceito de "Liberção", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

**TABELA A6 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Out/09	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/10
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>665.279,3</b>	<b>665.799,6</b>	<b>723.890,2</b>	<b>710.753,8</b>	<b>721.312,7</b>	<b>787.061,2</b>	<b>781.088,4</b>	<b>792.283,3</b>	<b>803.351,6</b>	<b>817.022,7</b>	<b>826.477,8</b>	<b>799.254,0</b>	<b>801.053,7</b>
<b>I.1. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.919.935,6</b>	<b>1.940.698,1</b>	<b>2.037.584,5</b>	<b>1.949.887,6</b>	<b>1.994.164,7</b>	<b>2.057.893,3</b>	<b>2.145.910,6</b>	<b>2.183.702,1</b>	<b>2.186.322,4</b>	<b>2.176.221,2</b>	<b>2.184.157,1</b>	<b>2.210.320,0</b>	<b>2.234.257,4</b>
DPMFi em Poder do Público <sup>1</sup>	1.370.813,0	1.389.867,6	1.398.415,5	1.355.728,1	1.397.662,8	1.400.381,9	1.492.913,0	1.519.562,6	1.516.501,2	1.509.118,2	1.524.605,6	1.534.404,6	1.552.721,6
DPMFi em Poder do Banco Central	547.458,8	549.108,3	637.815,0	600.725,7	603.739,1	665.276,3	661.210,1	673.434,7	679.634,6	677.226,9	668.964,3	684.898,5	691.074,0
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-19.535,5	-19.368,0	-19.603,2	-23.320,2	-23.752,1	-24.046,9	-24.257,8	-25.117,4	-25.359,5	-25.469,7	-24.510,4	-23.820,3	-24.136,5
Demais Obrigações Internas	21.199,4	21.090,2	20.957,2	16.753,9	16.515,0	16.282,0	16.045,2	15.822,3	15.546,0	15.345,9	15.097,6	14.837,2	14.598,4
<b>I.2. HAVERES INTERNOS</b>	<b>1.254.656,3</b>	<b>1.274.898,5</b>	<b>1.313.694,3</b>	<b>1.239.133,8</b>	<b>1.272.851,9</b>	<b>1.270.832,2</b>	<b>1.364.822,2</b>	<b>1.391.418,9</b>	<b>1.382.970,8</b>	<b>1.359.198,5</b>	<b>1.357.679,2</b>	<b>1.411.066,0</b>	<b>1.433.203,7</b>
Disponibilidades Internas	354.762,6	374.151,7	406.470,3	323.739,2	354.981,9	351.257,7	369.467,0	383.679,0	365.919,2	341.917,6	337.652,0	360.072,9	374.141,4
Haveres junto aos Governos Regionais	437.968,2	437.655,7	437.364,9	437.876,7	440.663,7	443.630,7	445.301,5	447.019,1	453.129,7	454.157,0	453.071,2	457.075,3	461.812,1
Haveres da Administração Indireta	217.463,7	219.043,7	221.509,8	220.708,4	221.446,7	221.668,8	222.459,8	224.413,0	226.185,5	226.310,4	229.094,0	231.884,8	234.299,0
Haveres Administrados pela STN	244.461,9	244.047,4	248.349,3	256.809,5	255.759,6	254.275,0	327.593,9	336.307,7	337.736,4	336.813,5	337.862,0	362.033,1	362.951,2
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>101.364,9</b>	<b>101.723,8</b>	<b>98.743,6</b>	<b>101.634,7</b>	<b>97.028,6</b>	<b>94.479,0</b>	<b>91.901,3</b>	<b>94.475,2</b>	<b>95.542,7</b>	<b>91.915,1</b>	<b>93.168,9</b>	<b>91.501,1</b>	<b>91.954,7</b>
<b>II.1. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>101.615,1</b>	<b>101.976,2</b>	<b>98.974,4</b>	<b>101.927,8</b>	<b>97.307,0</b>	<b>94.740,1</b>	<b>92.158,2</b>	<b>94.853,1</b>	<b>95.904,1</b>	<b>92.257,3</b>	<b>93.502,7</b>	<b>91.763,7</b>	<b>92.209,1</b>
Dívida Mobiliária	79.552,6	80.080,9	78.904,7	80.385,9	76.578,4	74.635,5	72.913,1	75.010,9	74.827,5	71.695,2	73.009,0	72.090,9	72.609,5
Dívida Contratual	22.062,6	21.895,4	20.069,7	21.541,9	20.728,6	20.104,6	19.245,1	19.842,1	21.076,6	20.562,0	20.493,7	19.672,8	19.599,6
<b>II.2. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>250,3</b>	<b>252,4</b>	<b>230,7</b>	<b>293,1</b>	<b>278,3</b>	<b>261,1</b>	<b>256,8</b>	<b>377,9</b>	<b>361,4</b>	<b>342,2</b>	<b>333,7</b>	<b>262,6</b>	<b>254,4</b>
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	250,3	252,4	230,7	293,1	278,3	261,1	256,8	377,9	361,4	342,2	333,7	262,6	254,4
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)</b>	<b>766.644,1</b>	<b>767.523,5</b>	<b>822.633,8</b>	<b>812.388,6</b>	<b>818.341,4</b>	<b>881.540,2</b>	<b>872.989,7</b>	<b>886.758,4</b>	<b>898.894,3</b>	<b>908.937,7</b>	<b>919.646,8</b>	<b>890.755,2</b>	<b>893.008,5</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>2</sup></b>	<b>25,1%</b>	<b>25,0%</b>	<b>26,3%</b>	<b>25,4%</b>	<b>25,1%</b>	<b>26,5%</b>	<b>25,8%</b>	<b>25,6%</b>	<b>25,7%</b>	<b>25,8%</b>	<b>25,8%</b>	<b>24,7%</b>	<b>24,5%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

<sup>2</sup> PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

**TABELA A7 - DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL**

R\$ milhões

	Out/09	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/10
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>1.919.935,6</b>	<b>1.940.698,1</b>	<b>2.037.584,5</b>	<b>1.949.887,6</b>	<b>1.994.164,7</b>	<b>2.057.893,3</b>	<b>2.145.910,6</b>	<b>2.183.702,1</b>	<b>2.186.322,4</b>	<b>2.176.221,2</b>	<b>2.184.157,1</b>	<b>2.210.320,0</b>	<b>2.234.257,4</b>
<b>I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO<sup>1</sup></b>	<b>1.370.813,0</b>	<b>1.389.867,6</b>	<b>1.398.415,5</b>	<b>1.355.728,1</b>	<b>1.397.662,8</b>	<b>1.400.381,9</b>	<b>1.492.913,0</b>	<b>1.519.562,6</b>	<b>1.516.501,2</b>	<b>1.509.118,2</b>	<b>1.524.605,6</b>	<b>1.534.404,6</b>	<b>1.552.721,6</b>
LFT	516.223,4	519.676,3	500.224,2	517.195,8	526.403,3	500.457,9	536.704,9	542.559,5	509.085,5	516.773,1	523.588,7	502.609,7	517.440,1
LTN	214.246,5	232.589,4	247.269,5	214.563,2	229.229,9	240.957,3	272.071,3	282.221,3	299.015,5	296.011,3	318.217,5	336.925,8	323.720,7
NTN-B	330.145,6	322.134,5	329.996,9	341.459,1	351.579,4	361.080,0	368.096,3	367.402,7	373.467,9	379.426,0	353.425,2	357.235,9	365.715,0
NTN-C	57.186,4	57.677,5	58.006,3	56.882,5	57.943,2	58.654,9	58.937,0	60.109,0	61.101,0	59.849,2	60.810,4	61.840,3	62.291,2
NTN-F	213.814,0	218.763,9	224.206,1	186.499,8	193.779,0	200.634,6	219.519,3	229.090,7	235.781,5	219.050,5	231.439,4	239.011,6	246.590,4
Dívida Securitizada	12.113,4	12.068,6	12.058,1	11.945,0	11.896,1	11.856,3	11.306,0	11.294,4	11.254,2	11.322,1	10.290,0	10.276,6	10.624,1
Demais Títulos em Poder do Público	27.083,6	26.957,4	26.654,4	27.182,8	26.831,8	26.740,9	26.278,2	26.885,2	26.795,7	26.685,9	26.834,4	26.504,6	26.340,1
<b>I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL</b>	<b>547.458,8</b>	<b>549.108,3</b>	<b>637.815,0</b>	<b>600.725,7</b>	<b>603.739,1</b>	<b>665.276,3</b>	<b>661.210,1</b>	<b>673.434,7</b>	<b>679.634,6</b>	<b>677.226,9</b>	<b>668.964,3</b>	<b>684.898,5</b>	<b>691.074,0</b>
LFT	229.417,8	230.933,6	242.856,3	244.459,8	245.912,0	247.780,2	249.427,5	251.300,4	253.289,2	259.780,5	262.086,7	264.297,8	266.430,4
LTN	96.592,4	100.486,6	132.190,7	103.068,7	103.862,7	120.428,9	107.551,9	108.522,4	109.507,1	105.595,0	108.398,2	109.372,3	110.307,4
Demais Títulos na Carteira do BCB	221.448,5	217.688,1	262.768,1	253.197,3	253.964,4	297.067,2	304.230,8	313.611,8	316.838,4	311.851,3	298.479,4	311.228,4	314.336,2
<b>I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS</b>	<b>-19.535,5</b>	<b>-19.368,0</b>	<b>-19.603,2</b>	<b>-23.320,2</b>	<b>-23.752,1</b>	<b>-24.046,9</b>	<b>-24.257,8</b>	<b>-25.117,4</b>	<b>-25.359,5</b>	<b>-25.469,7</b>	<b>-24.510,4</b>	<b>-23.820,3</b>	<b>-24.136,5</b>
<b>I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS</b>	<b>21.199,4</b>	<b>21.090,2</b>	<b>20.957,2</b>	<b>16.753,9</b>	<b>16.515,0</b>	<b>16.282,0</b>	<b>16.045,2</b>	<b>15.822,3</b>	<b>15.546,0</b>	<b>15.345,9</b>	<b>15.097,6</b>	<b>14.837,2</b>	<b>14.598,4</b>
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>101.615,1</b>	<b>101.976,2</b>	<b>98.974,4</b>	<b>101.927,8</b>	<b>97.307,0</b>	<b>94.740,1</b>	<b>92.158,2</b>	<b>94.853,1</b>	<b>95.904,1</b>	<b>92.257,3</b>	<b>93.502,7</b>	<b>91.763,7</b>	<b>92.209,1</b>
<b>II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>79.552,6</b>	<b>80.080,9</b>	<b>78.904,7</b>	<b>80.385,9</b>	<b>76.578,4</b>	<b>74.635,5</b>	<b>72.913,1</b>	<b>75.010,9</b>	<b>74.827,5</b>	<b>71.695,2</b>	<b>73.009,0</b>	<b>72.090,9</b>	<b>72.609,5</b>
Euro	9.731,3	10.014,7	9.382,0	9.618,9	7.865,3	7.342,1	7.080,1	6.850,5	6.706,5	6.842,8	6.687,0	6.797,1	7.012,3
Global US\$	59.164,5	59.309,5	58.668,0	60.085,2	57.942,7	56.463,4	54.894,9	57.113,7	56.975,6	54.203,2	55.576,3	54.489,5	53.405,9
Global BRL	10.438,4	10.536,4	10.634,3	10.443,2	10.538,8	10.635,4	10.748,4	10.846,7	10.945,9	10.453,8	10.549,4	10.645,9	12.031,3
Demais Títulos Externos	218,5	220,4	220,3	238,7	231,6	194,5	189,7	200,1	199,4	195,5	196,4	158,4	159,9
<b>II.2. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>22.062,6</b>	<b>21.895,4</b>	<b>20.069,7</b>	<b>21.541,9</b>	<b>20.728,6</b>	<b>20.104,6</b>	<b>19.245,1</b>	<b>19.842,1</b>	<b>21.076,6</b>	<b>20.562,0</b>	<b>20.493,7</b>	<b>19.672,8</b>	<b>19.599,6</b>
Organismos Multilaterais	18.747,4	18.534,1	16.855,2	17.963,4	17.278,1	16.802,4	16.202,2	16.650,7	17.952,2	17.503,3	17.431,2	16.750,4	16.765,9
Credores Privados e Ag. Governamentais	3.315,2	3.361,2	3.214,5	3.578,5	3.450,5	3.302,2	3.042,9	3.191,4	3.124,4	3.058,8	3.062,5	2.922,4	2.833,7
<b>III. DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)</b>	<b>2.021.550,7</b>	<b>2.042.674,3</b>	<b>2.136.558,9</b>	<b>2.051.815,4</b>	<b>2.091.471,6</b>	<b>2.152.633,4</b>	<b>2.238.068,8</b>	<b>2.278.555,2</b>	<b>2.282.226,4</b>	<b>2.268.478,5</b>	<b>2.277.659,7</b>	<b>2.302.083,8</b>	<b>2.326.466,5</b>
<b>DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB<sup>12</sup></b>	<b>66,3%</b>	<b>66,4%</b>	<b>68,2%</b>	<b>64,2%</b>	<b>64,0%</b>	<b>64,8%</b>	<b>66,3%</b>	<b>65,8%</b>	<b>65,2%</b>	<b>64,5%</b>	<b>63,9%</b>	<b>63,8%</b>	<b>63,8%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui TDA e dívida securitizada.

<sup>12</sup> PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

**TABELA A8 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Out/10	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/10
<b>I. HAVERES INTERNOS</b>	<b>1.254.656,3</b>	<b>1.274.898,5</b>	<b>1.313.694,3</b>	<b>1.239.133,8</b>	<b>1.272.851,9</b>	<b>1.270.832,2</b>	<b>1.364.822,2</b>	<b>1.391.418,9</b>	<b>1.382.970,8</b>	<b>1.359.198,5</b>	<b>1.357.679,2</b>	<b>1.411.066,0</b>	<b>1.433.203,7</b>
<b>I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS</b>	<b>354.762,6</b>	<b>374.151,7</b>	<b>406.470,3</b>	<b>323.739,2</b>	<b>354.981,9</b>	<b>351.257,7</b>	<b>369.467,0</b>	<b>383.679,0</b>	<b>365.919,2</b>	<b>341.917,6</b>	<b>337.652,0</b>	<b>360.072,9</b>	<b>374.141,4</b>
<b>I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS</b>	<b>437.968,2</b>	<b>437.655,7</b>	<b>437.364,9</b>	<b>437.876,7</b>	<b>440.663,7</b>	<b>443.630,7</b>	<b>445.301,5</b>	<b>447.019,1</b>	<b>453.129,7</b>	<b>454.157,0</b>	<b>453.071,2</b>	<b>457.075,3</b>	<b>461.812,1</b>
Bônus Renegociados	6.010,3	6.065,0	6.071,5	6.503,9	6.337,6	6.187,9	5.738,8	5.996,7	5.977,3	5.792,3	5.840,4	5.618,6	5.399,8
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.563,0	2.534,2	2.506,8	2.478,8	2.450,0	2.423,2	2.393,7	2.365,9	2.338,4	2.313,8	2.287,4	2.259,8	2.232,4
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	10.903,5	10.877,2	10.858,3	10.831,7	10.914,1	11.005,7	11.047,3	11.098,8	11.244,4	11.253,7	11.249,3	11.343,5	11.438,3
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	323,8	296,4	2,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	38.266,3	37.954,9	37.630,7	37.303,1	36.978,4	36.687,9	36.403,4	36.096,6	35.775,6	35.503,9	35.133,0	34.817,1	34.502,6
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	316.015,0	316.055,9	316.363,9	316.691,0	320.071,0	323.049,5	325.164,1	326.658,1	331.956,0	333.230,8	333.281,3	337.005,7	341.217,3
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	50.193,7	50.245,3	50.343,2	50.567,3	51.203,5	51.612,1	51.995,7	52.432,7	53.306,7	53.556,6	52.815,3	53.494,4	54.386,1
Antecipação de Royalties	11.262,4	11.213,4	11.197,4	11.078,8	10.282,3	10.261,7	10.162,7	9.943,1	10.087,6	10.064,5	10.022,1	10.114,5	10.194,3
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.430,2	2.413,5	2.390,3	2.422,0	2.426,7	2.402,7	2.395,7	2.427,3	2.443,7	2.441,5	2.442,4	2.421,7	2.441,3
<b>I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>	<b>217.463,7</b>	<b>219.043,7</b>	<b>221.509,8</b>	<b>220.708,4</b>	<b>221.446,7</b>	<b>221.668,8</b>	<b>222.459,8</b>	<b>224.413,0</b>	<b>226.185,5</b>	<b>226.310,4</b>	<b>229.094,0</b>	<b>231.884,8</b>	<b>234.299,0</b>
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	138.107,3	139.286,9	140.673,7	139.187,2	139.798,6	140.442,2	141.062,9	142.490,8	143.357,4	141.199,0	142.409,2	143.340,3	144.657,6
Fundos Constitucionais Regionais	50.476,1	51.225,2	51.774,9	52.392,9	52.909,1	53.399,1	54.092,4	54.695,0	55.206,1	55.805,6	56.328,6	56.839,2	57.549,7
Fundos Diversos	28.880,3	28.531,6	29.061,2	29.128,3	28.739,1	27.827,4	27.304,6	27.227,2	27.622,0	29.305,8	30.356,1	31.705,2	32.091,7
<b>I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN</b>	<b>244.461,9</b>	<b>244.047,4</b>	<b>248.349,3</b>	<b>256.809,5</b>	<b>255.759,6</b>	<b>254.275,0</b>	<b>327.593,9</b>	<b>336.307,7</b>	<b>337.736,4</b>	<b>336.813,5</b>	<b>337.862,0</b>	<b>362.033,1</b>	<b>362.951,2</b>
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.572,2	5.574,4	5.576,8	5.579,2	5.589,0	5.592,7	5.593,8	5.605,5	5.609,7	5.612,2	5.615,7	5.617,3	5.624,2
Haveres de Operações Estruturadas	49.270,3	49.531,8	49.722,1	50.725,2	50.585,5	50.608,4	50.553,5	50.713,6	51.614,8	51.441,0	51.973,2	52.649,9	51.036,6
Haveres Originários de Privatizações	7.626,6	7.619,6	7.613,4	7.593,0	7.598,1	7.592,7	7.585,2	7.578,3	7.571,6	7.566,1	7.560,2	7.828,1	7.821,7
Haveres de Legislação Específica	154.376,0	153.431,7	157.661,1	164.669,8	163.654,8	162.730,8	236.049,9	244.231,2	244.381,2	243.940,1	244.441,7	267.710,6	269.952,6
Demais Haveres Administrados pela STN	27.616,7	27.889,8	27.775,8	28.242,4	28.332,2	27.750,4	27.811,6	28.179,1	28.559,1	28.254,1	28.271,3	28.227,2	28.516,1
<b>II. HAVERES EXTERNOS</b>	<b>250,3</b>	<b>252,4</b>	<b>230,7</b>	<b>293,1</b>	<b>278,3</b>	<b>261,1</b>	<b>256,8</b>	<b>377,9</b>	<b>361,4</b>	<b>342,2</b>	<b>333,7</b>	<b>262,6</b>	<b>254,4</b>
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	250,3	252,4	230,7	293,1	278,3	261,1	256,8	377,9	361,4	342,2	333,7	262,6	254,4
<b>III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)</b>	<b>1.254.906,6</b>	<b>1.275.150,9</b>	<b>1.313.925,1</b>	<b>1.239.426,9</b>	<b>1.273.130,3</b>	<b>1.271.093,2</b>	<b>1.365.079,1</b>	<b>1.391.796,7</b>	<b>1.383.332,2</b>	<b>1.359.540,7</b>	<b>1.358.013,0</b>	<b>1.411.328,6</b>	<b>1.433.458,0</b>
<b>HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB<sup>1)</sup></b>	<b>41,2%</b>	<b>41,5%</b>	<b>42,0%</b>	<b>38,8%</b>	<b>39,0%</b>	<b>38,3%</b>	<b>40,4%</b>	<b>40,2%</b>	<b>39,5%</b>	<b>38,6%</b>	<b>38,1%</b>	<b>39,1%</b>	<b>39,3%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1) PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

**TABELA A9 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO OUTUBRO 2010/2009 \***

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2009						2010					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano <sup>1</sup>			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano <sup>1</sup>		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>2</sup>	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos <sup>2</sup>	Total
Câmara dos Deputados	273.212,6	4.167,5	2.718,0	2.620,0	21.783,4	24.403,4	158.279,2	35.592,7	7.166,3	7.077,7	24.382,4	31.460,1
Senado Federal	45.757,9	13.628,4	6.041,6	6.018,3	7.194,4	13.212,7	50.063,0	18.821,1	4.540,5	4.636,0	7.152,3	11.788,3
Tribunal de Contas da União	41.069,8	19.077,9	3.187,7	3.184,4	11.659,1	14.843,5	59.523,7	38.336,2	12.131,2	11.976,5	23.717,8	35.694,4
Supremo Tribunal Federal	65.813,8	10.637,3	3.638,6	3.638,6	49.468,9	53.107,5	52.495,1	8.820,6	3.931,8	3.928,3	9.213,0	13.141,3
Superior Tribunal de Justiça	14.385,0	6.590,1	5.261,5	5.194,5	7.801,4	12.996,0	19.949,9	6.313,5	6.030,0	6.029,6	16.904,3	22.933,9
Justiça Federal <sup>3</sup>	272.556,6	309.397,5	253.776,0	253.528,9	102.507,9	356.036,8	361.252,1	392.864,9	309.370,6	309.212,1	128.189,1	437.401,2
Justiça Militar	10.945,7	6.081,0	2.228,4	2.225,2	3.297,8	5.523,0	4.840,4	4.840,3	1.429,9	1.429,9	3.945,2	5.375,1
Justiça Eleitoral	383.498,2	124.116,7	48.939,7	47.011,7	133.328,1	180.339,8	488.882,2	181.374,7	119.939,3	106.825,4	328.292,1	435.117,5
Justiça do Trabalho	199.024,5	97.702,9	34.234,4	33.286,9	124.772,2	158.059,1	196.386,7	100.002,3	46.464,7	44.064,4	107.892,3	151.956,7
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	62.999,0	32.984,9	11.040,0	10.037,1	15.861,6	25.898,7	46.936,2	30.476,5	7.218,6	5.291,3	29.874,6	35.165,9
Conselho Nacional de Justiça	-	-	-	-	-	-	46.253,0	5.415,4	3.909,2	3.909,0	37.284,0	41.193,0
Presidência da República <sup>4</sup>	2.012.368,7	650.267,9	154.344,7	149.458,8	535.991,8	685.450,6	1.990.767,7	961.028,3	195.448,7	194.195,7	655.899,5	850.095,2
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	389.268,3	80.689,5	21.453,8	21.443,5	26.638,3	48.081,8	764.103,8	99.108,0	67.810,8	67.393,2	250.708,4	318.101,6
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.081.468,4	234.178,2	63.631,4	48.223,8	465.289,6	513.513,4	1.562.977,8	797.519,4	164.326,9	98.843,8	392.512,0	491.355,8
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.402.804,9	826.980,5	485.963,3	407.706,9	390.441,5	798.148,4	1.917.160,8	1.014.731,3	359.767,0	330.180,3	319.386,4	649.566,7
Ministério da Fazenda	1.301.555,6	88.475,0	44.634,3	43.761,2	49.883,8	93.645,0	1.056.245,3	121.875,9	42.755,0	42.673,3	181.997,9	224.671,2
Ministério da Educação	4.987.354,3	1.798.854,2	657.077,6	639.330,6	1.492.053,5	2.131.384,1	7.267.614,5	3.975.672,0	1.676.850,8	1.585.986,7	3.061.180,3	4.646.567,0
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	153.653,0	22.234,9	13.489,8	13.416,5	13.894,7	27.311,2	316.168,1	33.696,9	7.893,9	7.666,7	13.104,8	20.771,5
Ministério da Justiça	894.419,5	392.970,3	107.878,1	104.606,6	361.690,0	466.296,6	1.263.371,1	369.254,4	99.138,9	93.296,7	346.910,7	440.207,4
Ministério de Minas e Energia	68.885,1	25.836,4	15.946,9	15.095,5	15.412,3	30.507,7	185.803,9	28.329,8	13.596,6	12.200,1	24.500,8	36.700,9
Ministério da Previdência Social	239.409,2	62.475,4	10.777,1	9.554,6	93.426,6	102.981,1	182.063,7	50.569,6	26.738,7	24.957,5	282.220,9	307.178,4
Ministério Público da União	136.062,1	24.106,0	5.096,9	5.077,5	98.689,6	103.767,1	161.765,6	36.377,6	18.874,6	18.246,8	93.158,5	111.405,3
Ministério das Relações Exteriores	97.416,0	25.270,5	24.676,9	24.676,9	1.692,8	26.369,7	163.000,0	32.414,6	28.254,2	28.254,2	3.377,9	31.632,1
Ministério da Saúde	4.060.817,2	765.811,0	235.726,6	234.298,5	1.159.328,4	1.393.626,9	4.721.861,0	1.830.858,7	525.359,5	508.767,8	1.470.128,6	1.978.896,4
Ministério do Trabalho e Emprego	67.315,2	12.265,4	4.346,0	3.953,3	12.331,6	16.284,9	53.687,5	10.113,2	3.877,2	3.850,8	26.392,0	30.242,9
Ministério dos Transportes	11.408.711,7	8.108.261,6	2.453.323,6	2.382.221,7	4.038.660,4	6.420.882,1	16.391.707,6	11.098.369,8	4.491.478,0	4.253.222,7	5.592.355,7	9.845.578,3
Ministério das Comunicações	114.151,8	4.780,4	1.772,3	1.700,8	22.342,9	24.043,6	46.941,4	13.908,3	3.799,0	3.799,0	15.036,0	18.835,0
Ministério da Cultura	219.969,4	48.681,9	10.686,8	10.625,4	55.235,8	65.861,2	449.991,2	158.788,2	31.364,5	30.934,4	55.117,0	86.051,4
Ministério do Meio Ambiente	122.917,7	12.664,8	6.300,0	6.277,9	27.622,7	33.900,6	109.337,2	25.905,6	7.340,3	6.652,7	28.545,4	35.198,1
Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.139.572,0	1.087.029,1	585.438,9	585.438,9	386.770,6	972.209,5	1.936.268,5	924.610,4	510.913,1	506.432,8	441.735,3	948.168,1
Ministério do Esporte	1.006.929,9	139.513,2	2.150,8	2.150,8	130.157,9	132.308,7	1.353.422,3	498.392,2	14.277,5	14.277,5	225.698,0	239.975,5
Ministério da Defesa	7.432.615,3	2.586.848,1	1.315.797,9	1.294.278,8	1.242.700,3	2.536.979,1	9.641.945,3	4.741.076,4	2.938.058,8	2.914.920,2	1.989.333,9	4.904.254,1
Ministério da Integração Nacional	5.389.061,7	2.733.033,4	891.479,0	880.993,6	1.647.536,1	2.528.529,6	7.302.042,9	4.102.884,1	1.766.923,8	1.737.846,8	2.163.925,8	3.901.772,6
Ministério do Turismo	1.830.075,0	271.940,7	24.527,6	24.527,6	311.707,9	336.235,5	3.215.866,8	1.446.929,2	46.609,9	46.604,8	566.159,2	612.764,0
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	241.851,9	108.214,5	42.316,7	42.316,7	52.899,9	95.216,5	360.920,8	200.771,3	121.970,0	121.414,2	61.538,0	182.952,2
Ministério das Cidades	8.368.865,4	4.315.759,2	1.317.300,8	1.315.897,7	2.196.428,8	3.512.326,5	8.210.494,0	3.710.554,7	1.343.925,6	1.339.087,9	2.558.745,8	3.897.833,7
Ministério da Pesca e Agricultura	-	-	-	-	-	-	465.301,0	91.839,6	24.296,6	24.296,6	46.535,7	70.832,3
Conselho Nacional do Ministério Público	-	-	-	-	-	-	3.772,8	1.117,4	905,8	905,8	-	905,8
<b>TOTAL</b>	<b>56.536.782,5</b>	<b>25.051.526,1</b>	<b>8.867.203,5</b>	<b>8.633.779,5</b>	<b>15.306.502,6</b>	<b>23.940.282,0</b>	<b>72.584.107,6</b>	<b>37.199.555,5</b>	<b>15.054.687,8</b>	<b>14.520.689,1</b>	<b>21.583.051,8</b>	<b>36.103.740,9</b>

Dados preliminares.

\* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

<sup>1</sup> "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

<sup>2</sup> Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

<sup>3</sup> Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 195,9 milhões, em 2008.

<sup>4</sup> Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União



# Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

## Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XV - nº 10 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

**OUTUBRO / 2010**

### Comentários

Em outubro de 2010, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 7,6 %, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 6.091.445,8 (mil), ante R\$ 5.658.627,0 (mil), no mês anterior, já descontada a retenção para o FUNDEB (-20%).

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: -> Governo (Estadual ou Municipal) -> Receitas -> Repasses de recursos -> [Clique aqui](#) para acessar o demonstrativo.

### Distribuição do FPM/FPE

Origens	R\$ Mil								
	2009			2010			Variação Nominal		
	Setembro	Outubro	Janeiro a Outubro	Setembro	Outubro	Janeiro a Outubro	Out/2010	Out/2010	Jan a Out/2010
							Set/2010	Set/2010	Jan a Out/2009
FPM	2.540.501,5	2.922.419,2	30.319.426,4	2.893.616,1	3.114.943,9	32.398.460,6	7,6%	6,6%	6,9%
FPE	2.427.590,1	2.792.533,6	28.961.807,2	2.765.010,8	2.976.501,9	30.958.527,5	7,6%	6,6%	6,9%
IPI-Exp	180.979,9	230.218,3	1.815.442,1	251.513,9	261.755,1	2.341.747,7	4,1%	13,7%	29,0%

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

### Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
OUTUBRO	+ 4 %	+ 7,6 %	+ 4 %	+ 7,6 %	+ 3 %	+ 4,1 %

### Estimativa Trimestral

FUNDOS	NOV/OUT	DEZ/NOV *	JAN/DEZ *
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	+ 9 %	+ 18 %	- 7 %
IPI - EXP	+ 3 %	+ 13 %	+ 2 %

\*Observação: A previsão da variação de dezembro em relação a novembro não considerou o efeito da parcela do 1% adicional do FPM (CF, Art. 159, I, d.)

## Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/09/2010 a 20/10/2010, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
SET/3º DEC	2.264.014	7.679.089	9.943.103	OUT/1º DEC	1.710.214	1.789.759	181.121	<b>3.681.094</b>
OUT/1º DEC	607.097	1.436.098	2.043.195	OUT/2º DEC	351.430	367.775	48.568	<b>767.772</b>
OUT/2º DEC	400.828	4.918.117	5.318.945	OUT/3º DEC	914.859	957.410	32.066	<b>1.904.335</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.271.939</b>	<b>14.033.305</b>	<b>17.305.243</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.976.502</b>	<b>3.114.944</b>	<b>261.755</b>	<b>6.353.201</b>

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB.

## Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	15.422,9	101.826,1	26,8
ALAGOAS	AL	74.140,0	123.825,5	706,1
AMAZONAS	AM	46.029,4	83.056,3	2.822,1
AMAPÁ	AP	11.048,0	101.558,2	276,1
BAHIA	BA	283.561,3	279.678,1	13.511,0
CEARÁ	CE	162.586,9	218.383,0	2.163,7
DISTRITO FEDERAL	DF	5.215,5	20.543,8	338,5
ESPÍRITO SANTO	ES	53.623,9	44.647,5	12.506,4
GOIÁS	GO	113.755,7	84.624,9	4.084,6
MARANHÃO	MA	129.739,7	214.849,9	2.709,9
MINAS GERAIS	MG	408.412,1	132.588,3	34.639,5
MATO GROSSO DO SUL	MS	47.425,7	39.647,0	2.489,0
MATO GROSSO	MT	57.524,3	68.694,7	3.236,7
PARÁ	PA	113.483,4	181.923,8	14.282,9
PARAÍBA	PB	100.643,5	142.541,7	467,5
PERNAMBUCO	PE	156.486,1	205.384,6	1.544,7
PIAUI	PI	82.569,2	128.626,6	90,7
PARANÁ	PR	211.362,4	85.818,5	23.064,0
RIO DE JANEIRO	RJ	94.212,4	45.472,0	41.302,1
RIO GRANDE DO NORTE	RN	78.516,8	124.355,3	380,8
RONDÔNIA	RO	27.389,6	83.806,4	503,4
RORAIMA	RR	9.592,0	73.838,1	17,4
RIO GRANDE DO SUL	RS	211.200,0	70.090,7	31.251,6
SANTA CATARINA	SC	120.870,7	38.093,3	16.783,4
SERGIPE	SE	45.301,2	123.682,6	130,2
SÃO PAULO	SP	411.620,7	29.765,0	52.351,0
TOCANTINS	TO	43.210,7	129.180,2	74,8
<b>TOTAL</b>		<b>3.114.943,9</b>	<b>2.976.501,9</b>	<b>261.755,1</b>

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

No Diário Oficial da União do dia 15 de dezembro de 2009, foi publicada a Portaria STN nº 744, de 14 de dezembro de 2009, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2010, disponível no site [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br).

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais  
Fone: (61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-3026  
Email: [transferencias.stn@fazenda.gov.br](mailto:transferencias.stn@fazenda.gov.br)